



Jornal

UNIVERSITÁRIO

Nº 4 RECIFE — DEZ. — 1977
PREÇO CR\$ 3,00

**ÓRGÃO
DA
UFPE**

**catimbó
revigorado
no futebol**

**o poder da
figa e sua
origem**

**secas: fenômeno que
ainda causa pavor**

MORTE DO CINEMA DE BAIRRO

EPISTEMOLOGIA:

BRASIL BEM SITUADO



QUÍMICA: SOB VISÃO HISTÓRICA E FILOSÓFICA

Para alguns, Química significa apenas transformação, misturas, fórmulas, etc. Uma ciência essencialmente prática, exata. Assim não entende o Professor Paulo José Duarte, presidente do recém-fundado Grupo Pernambucano de História e Filosofia da Química, entidade que vem funcionando, com programa estabelecido, no âmbito da Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Pernambuco. Para ele, há algo mais a ser estudado além desses aspectos pragmáticos.

O Grupo, segundo seus idealizadores, destina-se a promover o conhecimento dos aspectos históricos, filosóficos e culturais da Química, através de reuniões, seminários, simpósios, congressos e publicações, em sintonia com outras entidades, em Pernambuco e nos demais Estados da Federação, inclusive estendendo-se a outros países. Reúne eminentes cientistas, muitos deles com trabalhos publicados nos maiores veículos de comunicação científica, da América do Norte e da Europa.

VIAGEM ENCANTADORA

Salienta o Professor José Duarte, que «o estudo da História e Filosofia das Ciências é a viagem mais encantadora do espírito humano. Nela, o viajante observa os admiráveis marcos da inteligência, que assinalam os caminhos para a compreensão do nosso ser, do nosso universo, dos fenômenos naturais e a significação do valor da ciência em face do destino do homem».

Ele chama a atenção para o fato de as manifestações da energia e da matéria sempre terem sido um grande motivo de pesquisa e reflexão do homem, ao longo do tempo, levando-o, com a continência de suas medidas, a quantificar tudo o que pudesse existir entre o ser e o não ser, entre a realidade e o sonho.

«De fato — observa — foram as transformações materiais que levaram o pensamento humano ao caminho da Química, tão rica de mistérios em seu alvorecer e que, depois, com base numa linguagem, fundamental ao conhecimento dos mais variados campos da ciência».

Clima propício

Paulo José Duarte acredita que existe, agora, um clima propício aos diálogos mais frequentes sobre a História e a Filosofia das Ciências. A criação do GPHFQ ocorreu com a vinda, para a Universidade Federal de Pernambuco, do Professor Carlos Evaristo Prélát, físico-químico e filósofo, com obras publicadas sobre a História da Química e Epistemologia e, segundo Duarte, «um homem simples mas comunicativo». Então, reunidos, alguns Professores resolveram criar o GPHFQ.

«Compreendíamos, também, que a Química iniciada no Brasil há mais de um século, e há mais de meio século em Pernambuco, já estava amadurecida para desenvolver uma sociedade de História e Filosofia da Química, como o provam as Universidades, a projeção, não raro extraordinária, de seus homens de ciência, as sociedades científicas já existentes, e o intercâmbio, ora intenso, com os professores e cientistas de outros países amigos».

No decorrer da I Reunião do GPHFQ, o Professor Duarte garantiu a sua certeza «de que o ambiente cultural de Pernambuco há de compreender que não dispomos de meios e de tempo suficientes para entrar em comunicação com todos os interessados que nos honrariam aqui, com a sua presença, mas temos plena confiança que tudo isso acontecerá, aos poucos, e, desde já, queremos testemunhar nesta I Reunião, nossas profundas desculpas e pedir relevarem as faltas cometidas».

O Professor Carlos E. Prélát, em trabalho apresentado no Mestrado em Química, da Universidade Federal de Pernambuco, admite que no terreno das ciências estamos mais próximos da Platão, do que os ingleses. Fez um paralelo entre o desenvolvimento das ciências exatas, no Brasil, e o de países europeus, dentro de uma perspectiva epistemológica, abordando o tema «Epistemologia: Caracterização e Exemplificação».

E explicou: «A denominação de Epistemologia deriva da palavra *episteme* que Platão utilizou para designar o conhecimento científico oposto por ele ao conhecimento vulgar, ao qual denominava *doxa*. Portanto, Epistemologia significa estudo (ou teoria) do conhecimento científico. Os americanos e os ingleses utilizam o termo *Epistemology* para designar o estudo do conhecimento em geral (para nós, trata-se, então, de Gnosíologia) e é por isso que eles designam a nossa Epistemologia com o nome «Scientific Epistemology». Nós estamos mais perto de Platão, que eles».

CARACTERIZAÇÃO — Iniciando a sua palestra, o professor Carlos E. Prélát fez um histórico do desenvolvimento das ciências e da Filosofia. Demonstrou que a partir dos séculos XVI, XVII e seguintes, a Física, a Química, a Biologia, e também a Matemática evoluíram e progrediram.

«No entanto, — acrescentou — na mesma época, a Filosofia, enfraquecida pelos sucessivos desmembramentos, ficou reduzida a um quase estéril academismo isolado do fecundo processo científico, deixando correr o marfim, orgulhosa do seu passado e com muitas saudades dele. Acentuando, porém: «Por sua parte, os cientistas desprezavam a Filosofia que consideravam como uma maneira elegante de matar o tempo com conversas de muita distinção mas inúteis e estéreis».

Para ele, «neste quadro de divórcio quase total das ciências e da Filosofia, a única ligação importante entre ambas, quase inimigas foi o Positivismo contista, expressão da confiança ilimitada no conhecimento científico da época, como ferramenta idônea para chegar a compreender a natureza, o que faz as ciências do mundo físico (Física, Química e Biologia). Disse, ainda, que «a Matemática, neste quadro otimista, servia principalmente como um auxiliar muito útil para o desenvolvimento das outras ciências».

DESCOBERTA — «Parecia que o próprio edifício da ciência ficava demolido», diz Prélát referindo-se ao impacto provocado pelas descobertas ocorridas na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX. «Havia uma contradição aparente entre o fracasso da ciência na descrição do mundo físico e a utilidade da mesma para a técnica, isto é, para a modificação consciente, para fins humanos, desse mesmo mundo», adianta.

Dá foi que surgiu a possibilidade de duas alternativas sendo que uma delas consistia em «examinar o processo de aquisição do conhecimento científico e a natureza do mesmo, para se esse exame o aconselhasse, mudar os conceitos básicos relativos às relações entre o mencionado conhecimento e a realidade do mundo físico».

Afirma que esta «segunda opção foi escolhida, devido ao perigo de que a nova realidade construída sobre a base das novas descobertas, chegasse a ser destruída por descobertas futuras o que certamente tivesse ocorrido». E revela: «A opção da alternativa escolhida pelos cientistas não é outra coisa que a Epistemologia também chamada teoria do conhecimento científico e, às vezes, também Filosofia das Ciências».

Entretanto, ressaltou o conferencista, «para construir a Epistemologia precisava-se da Filosofia, já que os problemas da realidade, da natureza do conhecimento e muitos outros que interessavam às ciências na opção escolhida da alternativa mencionada, são problemas da filosofia».

«E, aqui se produz uma nova união entre Ciências e Filosofia que forneceu às primeiras, uma base permanente e sólida a revigorou a Filosofia cuja manifestação mais conhecida na vida dos cientistas era, até então, o PhD (Philosophical Doctor) que eles recebiam, às vezes, como uma lembrança remanescente da época de ouro da Filosofia. A prova dessa nova união é que uma parte dos epistemólogos provém das ciências e outra parte da Filosofia», assegura.

EXEMPLIFICAÇÃO — Ao atingir a segunda parte da sua conferência, o professor Carlos Prélát afirmou: «E agora vou dar um exemplo de um estudo histórico-epistemológico, no qual salientam-se algumas características do método chamado por Jean Piaget, histórico-crítico: intitula-se «A Evolução das Ideias Atômicas». Observar-se-á que o meu estudo se refere às ideias atômicas a não à teoria atômica».

Observa que, «durante a Idade Média, não houve atomistas destacados. Os interesses intelectuais dos doutores da Igreja e dos sábios em geral tinham objetivos díferentes daquele de inquirir se a matéria era descontínua ou contínua. Por outro lado, as ideias atômicas sempre foram compartilhadas por ateus e materialistas, e, além disso, o domínio quase absoluto na Filosofia oficial da Igreja, das escolas peripatética e platônica, ambas decididamente anti-atomistas, varreu totalmente da cena filosófica da Idade Média, até os vestígios das ideias atômicas».

Entende o Prof. Prélát, que «nos séculos XV a XVI e nos posteriores, temos atomistas de gabarito. Galileu foi atomista; foi atomista um esquisito personagem da época, o Abade Gassendi, francês do século XVII, filósofo, cientista e célebre libertino; foi também atomista, o médico de Perigord, Jean Rey, o qual, no ano 1630 publicou um livro sobre os problemas químicos da oxidação do estanho e do chumbo, que o faz ser considerado um precursor de Lavoisier, e houve alguns outros. E foram atomistas dos séculos XVI e XVII, I. Newton e R. Boyle.

«As ideias atômicas da Newton, — prossegue — acham-se admiravelmente sintetizadas na seguinte passagem de seu livro *Opticks*. «Acho provável que Deus, no princípio, criou a matéria com partículas móveis, impenetráveis, sólidas, duras, maciças... as quais partículas primitivas são incomparavelmente mais duras que qualquer corpo poroso composto por elas. São tão duras que jamais dilaceraram-se nem se quebraram em fragmentos; nenhum poder originário é capaz de dividir aquilo que Deus mesmo faz. Um no princípio da criação».

Referindo-se a Boyle, Prélát afirma que «no seu livro *O Químico Céptico*, considerado como a ata de fundação da Química, expôs o germe do que seria o núcleo que completaria o sistema das ideias atômicas, recebido pelo século XX, como uma herança dos séculos XVII até XIX. Com efeito, Boyle preocupado com as transformações químicas, reúne, mesmo que de maneira não clara, a ideia de átomos e a de elemento, que vinham transitando afastadas e, às vezes, inimigas, como acontece na filosofia peripatética».

Salienta, também, que «a partir de Dalton (John Dalton, autor da *New System of Chemical Philosophy*), e, quase até o fim do século XIX, um trabalho teórico e experimental muito intenso, polémicas ardentes entre atomistas e anti-atomistas, contradições e um encontro célebre de químicos para solucioná-las, conduziram a um domínio quase absoluto da Química pelas ideias atômicas».

Disse que «alguns filósofos atuais consideram que a atividade analítica da ciência é tão poderosa e eficiente, que sempre acha as partes componentes que deseja o homem. Em face disso, poderia perguntar-se, por exemplo, se a aparição do elétron nas experiências de J.J. Thompson, não é equivalente ao fato de um escultor ter dito: «eis um bloco de mármore; dentro dele, há uma estátua de uma mulher já feita; vou tirar o mármore que está em torno dela». Põe mãos à obra, e, num tempo mais ou menos curto, tira o mármore excedente e a estátua aparece dando o certo» a previsão do escultor. Não terá efeito algo análogo os descobridores ou criadores do elétron, do próton e dos pacotes de ondas?».

Reitor	Paulo Frederico do Rego Maciel
Vice-Reitor	Geraldo Lafayette Bezerra
Pró-Reitor Comunitário	Sebastião Barreto Campello
Pró-Reitor Acadêmico	Theophilo Benedito de Vasconcellos
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Ruy João Marques
Pró-Reitor de Planejamento	Leonides Alves da Silva Filho
Pró-Reitor de Apoio Administrativo	Rubens de Souza
Chefe de Gabinete	Eduardo Cabral de Melo
Relações Públicas e Cooperação Internacional	Miguel Otávio de Melo Júnior
Chefe do Cerimonial	Antônio Nogueira Lyra
Diretor do DEC	Marcus Accioly
Redator-chefe	Manoel Neto Teixeira
Redatores	Raimundo Carrero
.....	Angelo Monteiro
.....	José Carlos Targino
.....	Angela Delouche
Diagramador	Josias Florencio da Silva
Revisores	Paulo Neves e Moacyr Dantas
Repórter-Fotográfico	Maurício Coutinho

Editado mensalmente pelo Departamento de Extensão Cultural (órgão da Pró-Reitoria Comunitária) e impresso nas oficinas gráficas da Editora Universitária. Livros, revistas, cartas e colaboração em geral devem ser enviados para a redação, que funciona no casarão nº 574, da Rua Joaquim Nabuco. Graças — Recife — PE.

Serviço Público e Universidade

Nem sempre foi levado em conta, no âmbito do Serviço Público, o treinamento de pessoal através de cursos especializados, seminários, etc. Omissão que culminou com a instalação de barreiras, muitas das quais intransponíveis, a esta altura. Intransponíveis justamente porque, não dispondo de material humano qualificado, criam-se obstáculos os mais diversos em detrimento da dinâmica, da racionalização de tarefas. Resultado é que, a burocracia, a que muitos chamam, ironicamente (e com suas razões) de «burocracia», estende suas garras, cria veredas, aumenta as distâncias, enfim.

Realidade que atinge, também, a instituição universitária. Com prejuízos irreparáveis no que concerne à consecução dos seus objetivos. E aqui e ali com maiores danos do que aqueles que rotineiramente ocorrem nas repartições públicas comuns, tendo em vista os seus objetivos específicos: ensino, pesquisa e extensão. Pelo menos, do ponto de vista teórico, são estes os caminhos pelos quais devem seguir tais instituições, as universitárias, propriamente.

Ora, sendo a administração um meio, e não um fim em si mesmo, para a instituição universitária, disto, ou sobre isto não têm sido esclarecidos os seus servidores, desde os mais altos escalões aos menos nivelados. Pior ainda: não têm recebido o treinamento necessário para o desempenho de tarefas. Estas são feitas, geralmente, à luz de velhos e superados métodos, prevalecendo na maioria das vezes, vícios, indiferença, ociosidade, enfim, uma série de fatores que, juntos, redundam em tremendo prejuízo, comprometendo seriamente o Serviço Público (e, por extensão, os que a ele, ao serviço, estão vinculados) perante a opinião pública.

Por isso, gestões e mais gestões vêm sendo boladas, nos últimos anos, procurando-se reduzir tais barreiras, tendo-se em vista sobretudo a implantação de modelos novos, a partir da conscientização de que cada um deve e pode melhorar, em relação aos seus próprios objetivos, ambições pessoais, dentro da valorização que a hierarquia permite, bem como, no que diz respeito à melhoria do próprio Serviço. Um aspecto está umbilicalmente ligado ao outro. Caminham juntos. Poder-se-ia arrolar, como exemplo, a instalação de concursos, como condição primordial

para o ingresso no Serviço Público, as reformas que culminaram com o Plano de Reclassificação, etc. Este que, por sinal, tem sido alvo de críticas veementes, principalmente por parte de servidores menos graduados. Inegavelmente, em qualquer mudança, há descasos, e até injustiças. Certamente que o Plano de Reclassificação tem muitas falhas.

Porém, são iniciativas válidas, não se pode negar, porque visam exatamente a melhoria do Serviço Público, no final das contas. Claro está que há muito ainda por se fazer. Planos precisam ser corrigidos; programas alterados. Com certeza, os objetivos devem permanecer: a dinâmica do Serviço. E em decorrência de tais iniciativas, que têm no DASP, o núcleo deflagrador de todo o processo de mudança, avaliação e de recrutamento, vislumbram-se já algumas alternativas de aperfeiçoamento. Principalmente como exigência do Plano de Reclassificação. Com imperfeições, mas de qualquer maneira, são pelo menos sinais novos, o raio de novos dias, como diriam alguns.

Isto porque, como já se disse, somente através do treinamento sistemático é que se pode conduzir a melhorias, mormente no Serviço Público, onde a qualificação é, na maioria das vezes, o chamado calcanhar-de-Aquiles. Da qualificação de pessoal depende, obviamente, a qualidade do trabalho. E todos esses fatores somados espelham, queiram ou não alguns, os passos do próprio sistema universitário brasileiro. Sim, porque, a administração é o alimento do sistema, portanto, o meio para que a instituição universitária se nutra, de forma a alcançar seus objetivos. Se mal alimentado, seus passos tendem a ser trópegos, sem forças para chegar ao destino certo.

É preciso, pois, que haja, como ponto de partida, conscientização nesse sentido: a administração não é um fim em si mesmo; ela serve de meio para a consecução de objetivos maiores, em se tratando de Universidade. Necessário se faz que, cada servidor assuma o papel a que se propõe, em qualquer nível, imbuído deste espírito, infelizmente quase sempre ausente no âmbito da própria instituição: o espírito verdadeiramente universitário. Questiuínculas, interesses pessoais, indiferenças, tudo isto deve ser superado, sob pena de jamais a Universidade brasileira alcançar seus objetivos.

Perspectiva

ROBERTO AGUIAR

Em Defesa das Bestas

O movimento coletivo de revisão e, até mesmo, de destruição de imagens e idéias estabelecidas são próprios a todas as sociedades e, em si mesmos, revelam o exercício da crítica. A crítica, no entanto, não é um arquétipo como querem os pedagogos que separam o real do ideal. Ela é, antes de tudo, uma ação humana, praticada em uma sociedade, especial e temporariamente, concreta. O crítico, antes de ser uma emanção da «CRÍTICA» — uma idéia pura, ou o fruto de uma razão pura — é um agir concreto de determinados homens, em determinadas condições e com direção, também determinada. Ou seja, «CRÍTICA» só existe «nesta crítica». É o primado temporal do real sobre o ideal, da ação sobre a reflexão. Sem que isto, frise-se, necessariamente se constitua num primado ontológico, ou axiológico, da matéria sobre o pensamento.

O ato de criticar supõe, em todos os casos, como aliás todos os atos de razão, o prévio conhecimento empírico do objeto da crítica. Do contrário, ele será um ato falso, ou o exercício de uma falsa consciência. Nos dias que correm, porém, criticar virou moda. Uma onda de psicologismo burguês tomou conta de todos os quadrantes de ação intelectual e, em consequência, espalhando a febre da novidade e a peste da criação estéril, disseminou a epidemia da crítica submetida. De fato, Kant não pode ser acusado de, subjetivamente, ter concorrido para este desastre. Mas, é o grande filósofo alemão quem fornece à burguesia o «sistema racionalista e criticista de pensar», tão útil a uma sociedade submetida à Lei do Mercado em que a submissão impede a afirmação do real e a ideologia do crítico repete, infundavelmente, a regra da manutenção. A sintonia, pelo menos do ângulo sociológico, entre o gigantesco monumento filosófico kantiano e o sistema racional capitalista é tão evidente que, mais uma vez, se faz necessário lembrar o princípio aristotélico-tomista da adequação da mente à realidade: *Nihil est in intellectu quod prius fuerit in sensu*.

Em ensaio recente, o alagoano Gildo Massau demonstra como o pensamento das elites dominantes tem incorporado, gradualmente, as críticas a ele feitas. Argumenta, com clareza, sobre o modo peculiar como a burguesia, atualmente, adota a tese de determinação econômica do pensar, crítica que, no passado, lhe fora tão ofensiva. É possível se discordar de Massau. Pelo menos, em um ponto, eu próprio discordo: não creio que o pensar seja redutível à determinação econômica, por mais que acredite na primazia epistemológica dos sentidos ante o intelecto. O intuir, o criticar, o conceber, o generalizar, etc. são contido aos meus olhos, ações qualitativamente diferentes do agir econômico. São ações do pensar e, mesmo assim estando preso à realidade como condição de sua existência, ele não é apenas pão. É, também, circo. E, nada revela isto com mais brilho do que o intuir e o criticar. O sintetizar e o recompor. O Pensamento, além de necessidade é também liberdade para o homem. É festa. Como bem demonstra Roberto Mota, em seus recentes estudos antropológicos.

O ensaio de Massau, contudo, com acuidade e profundidade raras, revela o modo pelo qual o «sistema de pensamento» dominante absorve e legitima a produção intelectual que, até mesmo, venha sob a aparência de ser contrária ao establishment. Num ensaio, publicado pelo Jornal Universitário em setenta e quatro, tomando por empréstimo o termo de Henri Lefebvre, referi-me ao gadget cultural: a inovação obediência. Utilizei a expressão em referência ao fervor revolucionário das críticas e das produções artísticas caracterizado, fundamentalmente, pelo completo desprezo ao que se poderia chamar de herança cultural brasileira. Tudo o que fora feito, anteriormente, estava sendo visto como desprovido de validade e de consideração. Aprioristicamente. Seus vínculos com o poder e a ordem estabelecidas eram tão grandes que, na argumentação daquelas críticas e artistas revolucionários, se fazia necessário e urgente demolir tudo e iniciar do começo. E, acontecia o paradoxo: em nome de uma interpretação histórica da produção artística se perdia o sentido da História da Arte, no Brasil. Absurdo que, no entanto, era tão somente aparente. Olhado sociologicamente, esta ação crítica estava em sintonia perfeita com a situação do aqui e do agora. Não ia além de um charme burguês de ser contrário à burguesia para com isto ficar na onda, circular e, conseqüentemente, faturar. A fatura poderia não vir de dinheiro. Pegava mal. Mas, muitas portas eram abertas, muitos whiskies bebidos, muita garota conquistada e muito privilégio acumulado com este delicioso charme da crítica crítica. Isto faz um bem...

Recife

Paulo Francis, em seu *Cabeça de Papel*, chama a classe média de barata tonta, sempre disponível a ser esmagada pela primeira bota. Concorro com ele: a classe média não apenas sofre de raquitismo de esquerda, mas também é raquítica de direita. Quem sabe, ela não seria, à Oswald de Andrade, uma radical do centro... É fato, contudo, que a produção intelectual — em sua maioria quase inteiramente originária da classe média, nas sociedades atuais — fica prisioneira das malhas que são as relações sociais. Hoje, as sociedades estão organizadas de modo tão interdependente que se torna difícil ocorrência de uma ação social qualquer desprovida de imediatas

repercussões, na imensa rede de relações que é o mundo social. O sistema tem se tornado cada vez mais abrangente, afunilado e com as malhas bem esticadas. O que se faz aqui, repercute acolá e vice-versa. A regra fundamental é a repetição concreta e renitente, em cada ação social, daquilo que é o imenso e abstrato sistema social. Robinson Crusoe é expulso do palco que é, quase inteiramente, ocupado por marionetes. Raro, mas muito raro, é o trabalhador — braçal ou intelectual — que consegue, não digo desvencilhar-se, mas pelo menos, guardando sua inteireza e liberdade, romper as malhas e redobrar-se numa crítica verdadeira sobre o sistema. Assim, não há nada mais subjetivamente gatificante e sistematicamente funcional, do que fechar-se os olhos à realidade, a quaisquer de seus aspectos e não exclusivamente ao político, e inventar monstros míticos para que com eles se possa guerrear e exercer a crítica. A ação de criticar, neste caso, desponta como um ato, a repetição de velhos lengalengas, decorrentes da fruição da regra fundamental do sistema que é a repetição e a submissão. A direita, a esquerda e os radicais do centro fazem isto.

É suficiente se apropriar de certos nomes, certos temas e determinados autores que, com uma dose de inteligência, se consegue esta maravilha de ser do contra, sem o ser.

Peter Berger, classificando a realidade com os olhos do sociólogo, designa a psicoanálise, juntamente com a auto-crítica comunista e a confissão católica, de mecanismos sociais de reconversão de papéis. Com a sua prática, o ator social justifica-se e justifica a ordem social, redefinindo sua expectativa e sua perspectiva da realidade. É inegável que a psicoanálise desempenhe, atualmente, este papel que, num passado não muito longínquo certas camadas urbanas brasileiras hoje consumidoras de psicoanálise, preferiam a confissão católica a este meio de reconversão social. Entretanto, querer restringir a Psicoanálise à prática que a classe média faz dela é o mesmo que restringir, numa visão católica a confissão a uma concepção, meramente profana e anti-sacramental. Isto é, não se pode tomar a obra de Freud, exclusivamente, pelo uso social que dela é feita, nem se restringir a Teologia ao uso e fruição que delas se faz. De algum tempo para cá, a burguesia começou a adotar Freud e Marx, mas um Freud e um Marx de consumo, legitimados pelo sistema. Surgiram os louvadores, de esquerda e direita, das ~~grandes~~ intelectuais destes dois pensadores. Era, mais uma vez, o charme burguês de incorporar. De legitimar e de absorver. O sistema funcionando.

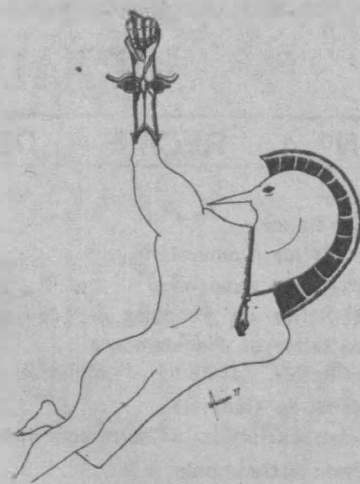
Freud tinha a solução para todos os conflitos pessoais e Marx a solução para os conflitos coletivos. Tudo seria explicável, em Marx e em Freud. Evieram os subprodutos do marxismo e do freudianismo. A revolução deixou de ser vista como um cataclisma social e passou a ser tida como uma questão de coerência comportamental. Muda-se com bala e cama. Viva Marcousse.

A civilização burguesa, contudo, é cosmopolita e planetária. Absorveu geograficamente a Terra e subordinou, social e politicamente, as sociedades a certos núcleos urbanos gigantescos. Sua rede de relações não apenas incorporou o marxismo e o freudianismo Patchouli, na denominação do sociólogo Espinoza, também chamado Silvino, como estimulou e incorporou a crítica repetitiva a Marx e a Freud. Ambas — a desão Patchouli e a crítica renitente — são charmosas e funcionais. São aderências e repetições. Gadjets culturais.

É possível que os pensamentos de Marx e Freud estejam precisando de revisões críticas. Aliás, dentro da ortodoxia dos seguidores destes dois pensadores, esta revisão crítica já foi iniciada e se constitui em trabalho intelectual de profundidade e respeito. No campo da Estética, por exemplo, Lukacs e Fischer esforçam-se para, sem fugir à ortodoxia marxista demonstrar que a mais valia e a alienação na produção artística são diferentes, porque os objetos de arte, ao que parece não têm o valor determinado pela quantidade de trabalho, como ocorre a toda mercadoria. No âmbito da ortodoxia freudiana, por exemplo, J. Lacan esforça-se para, retomando a Freud, reinterpretá-lo à luz das imensas contribuições da Linguística, da Antropologia, sem cair nos enganos de Reich do pensamento marxista. Creio que possa ser possível no futuro completa revisão de Marx e Freud uma revisão e, até a inteira negação das descobertas do conflito das classes e do complexo de Édipo. O crítico que fizer isto, no entanto, terá de trazer evidências empíricas capazes de destruir a realidade crua da mais valia e a universalidade do tabu do incesto, nas sociedades e culturas humanas. Caso contrário, esta crítica será, somente uma crítica crítica: charme e fruição. Enquanto não vem uma crítica que, realmente, seja profunda e radical, continuo a encarar o pensamento de Marx e a obra de Freud como duas manifestações críticas do pensamento burguês que, com profundidade, seriedade, engenho e arte superaram as próprias redes burguesas, de onde surgiram. Identificando a ordem atual, revelaram uma ordem possível para o ser humano. E, se eles são tidos por bestas, prefiro neles montar-me a, juvenilmente, expor-me aos seus coices e, com amizade, avisar aos temerários do apocalipse que saiam da frente.

AS ORIGENS CLÁSSICAS DA

FIGA



É, possivelmente, no Brasil, onde está mais arraigado o uso do popular amuleto, vulgarmente chamado «figa», e ao estrangeiro que, pela primeira vez, visita o país, não deixa de surpreender a enorme quantidade de tipos, tamanhos e materiais utilizados na sua fabricação. Não faltam em lojas folclóricas dedicadas ao turismo ou nas lojas de umbanda; estão pendentes nos colos das «filhas-de-santo» e de seguidores menores dos cultos afro-brasileiros. Utilizadas como amuleto ou como simples enfeite, passaram hoje da arte popular à ourivesaria europeia mais sofisticada e transformaram-se em «pendentifs», colares e broches, já sem as propriedades profiláticas que as fizeram tão comuns, desde a Antiguidade. Trata-se de um autêntico *caminho de ida e volta*, à semelhança do que tem acontecido com muitos elementos do folclore latino-americano que, posteriormente, influenciaram o próprio folclore ibérico a que deviam sua origem.

A grande influência africana no folclore brasileiro e a circunstância de que a figa seja, sobretudo, utilizada como amuleto pela população brasileira de cor, fez com que, tradicionalmente, se lhe atribuísse uma falsa origem africana, quando, em realidade, se trata de amuleto de pura origem clássica, com dilatada divulgação no mundo fenício, e cujo uso, levado à Península Ibérica pelos colonizadores e conquistadores gregos e romanos, manteve-se em vigor, malgrado as pressões do Cristianismo contra os objetos considerados de culto pagão.

NO BRASIL

Chegou ao Brasil, portanto, por via europeia, em mãos portuguesas e espanholas, e não formando parte do patrimônio cultural africano trazido pelos escravos negros. Embora tenha sido utilizada nas cidades púnicas e romanas do Norte da África, não parece que fosse adotada pelas populações negras do interior africano. Apenas pode ter sido utilizada, esporadicamente, pelos escravos negros da Antiguidade, sincreticamente ligados ao universo mágico de seus senhores.

Atualmente, independentemente de sua presença como simples enfeite, seu uso no Brasil está restringido à capacidade de tirar o mau-olhado, seja como «bibeiot» nas casas ou no colo de seus possuidores.

Originariamente, o gesto de «fazer figa», colocando-se o dedo polegar entre o indicador e o médio, com a mão fechada, indicava a união sexual e podia ser medida profilática ou insultosa, dependendo de como ou quando fosse utilizado. O gesto é descrito por Ovídio, como afastador de desgraça:

«Signare dat digitis medio cum
pollice iunctis, Occurrit tacito ne
levis umbra tibi»

(Fastos, v. 433)

Aliás, a mão como amuleto ou como símbolo mágico, foi utilizada, desde a Pré-História, em diferentes lugares, sem nenhuma relação entre si. A mão hábil do *homo sapiens*, a mão humana capaz de criar, é, frequentemente, objeto mágico em si mesmo, independentemente do gesto. Encontram-se silhuetas de mãos desenhadas nas cavernas europeias, entre pinturas paleolíticas, neolíticas e da Idade de Bronze, na França, Espanha e Itália. Como exemplos, poderíamos citar as silhuetas aurinhacenses de Cueva del Castillo, em Santander (Espanha); as mãos da caverna de

Pech-Merle, na França, sobre pinturas de cavalos, da época magdaleniense e as gravuras de mãos de Valcamonica (Itália), onde aparecem juntamente com representações fálicas (fig. 1).

MOTIVOS

No Brasil, desenhos de mãos nas pinturas rupestres são comuns, sobretudo nos rochedos do Nordeste, se bem que se encontrem por todo o país. Isolados ou em grupos, são conhecidos em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Em Taquaritinga (PE), a

«pedra da pintura» apresenta improntas de mãos em tinta vermelha, em torno de figuras de emas e lagartos; no município de Sumé, perto de Campina Grande, Paraíba, um numeroso grupo de mãos rodeia a figura de um lagarto e o mesmo motivo aparece em São José dos Cordeiros, também na Paraíba (R. Almeida, 1974); no município de Marcelino Vieira (RN), inscrições na rocha apresentam figuras estilizadas de animais, pés e mãos (Cabral e Nassar, 1964).

Estando generalizada a interpretação de que figuras de animais pintadas nas cavernas e rochedos formam parte da magia propiciatória

da caça, podemos aceitar que, tanto as mãos em torno dos cavalos selvagens de Pech-Merle, na França, como as mãos rodeando as emas e lagartos de Taquaritinga, no Brasil, formam parte de ritos mágicos em torno de animais que se deseja caçar, reforçando a magia universal do homem primitivo à procura do seu sustento.

Mão e falo são comumente valorizados nas pinturas e gravuras pré-históricas, e continuamos a encontrá-los entre nossos primitivos contemporâneos, demonstrando a atração que a mão e o falo exercem sobre as mentes primitivas. Porém, não somente entre os primitivos a mão tem um profundo valor mágico. A representação das mãos e dos pés de Buda, aparecem repetidamente na arte hindu. Numerosas estátuas de Buda apresentam suas mãos esculpidas com linhas da roda sagrada e do lótus.

Malgrado a estética iconoclasta mupulmana, a mão aberta de Fátima, filha do Profeta, é amplamente divulgada entre os mupulmanos, como amuleto em forma de pendentifs, ou em pinturas e relevos. É um belo desenho que apresenta a mão humana estilizada, com os três dedos centrais juntos e o polegar e o mínimo do mesmo tamanho e forma. O interior da mão aparece ornado de arabescos.

DIFERENÇAS

Há diferenças entre talismã e amuleto. O primeiro tem força ativa de proteger e é capaz de atuar sobre os outros elementos adversos. Já o amuleto tem apenas força passiva protetora ou neutralizante contra o mau-olhado, maldições, quebrantos, etc.

Castiglione (1934) distingue, ainda, dos talismãs e amuletos, os *fetiches*, palavra que considera derivada da portuguesa *fetição*, e com a mesma origem da italiana *fattura* (ação mágica), como aplicação à ideia da divindade que reside nos objetos materiais e a sua adoração. Dessa forma, uma determinada pedra preciosa ou uma planta, como a mandrágora, capaz de curar uma doença, será um talismã; a figura de um santo ou um deus será um fetiche ao qual se associa, geralmente, a forma antropomórfica ou zoomórfica e, finalmente, a figa, afastadora do mau-olhado, será um amuleto.

A respeito da figa no Brasil, é Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, quem recolhe mais dados: «É o mais conhecido afastador de infelicidades e forças adversas. É mais usado como berloque, enfeite, pendente, alfinete de gravata, em metais ou pedras preciosas. Os populares são feitos de arruda ou de coral, ou de qualquer madeira, com dimensões às vezes de um metro, pendendo-se às portas de entrada. Quando a força do malefício é mais poderosa que a defensiva, a figa parte-se».

Na obra citada, recolhe um versinho popular português, que indica à figa quebrada, quando vencida:

«Olha o demo da mulher
Os olhos que me deu
Fique-me logo a tremer
E vai a figa: quebrou»

Segundo Câmara Cascudo, a cor da figa concretiza determinadas propriedades: assim, a preta livra do mau-olhado; a vermelha dá sorte, a amarela aumenta a memória, etc.

ORIGENS

Uma pequena restrição à sua afirmativa de que os arabes levaram a figa à África, onde se

divulgou, talvez possa ser feita. Muito antes que os árabes pudessem adotá-la, a figa já era conhecida e amplamente difundida na África, pelos cartagineses, gregos e romanos. Presente nos enxovais funerários das necrópoles de Cartago e nas cidades romanas da Mauritânia e associada ao falus, a encontramos em amuletos protetores, na cidade púnico-mauritânia de Lixus (Marrocos), e já devia ser conhecida em Alexandria desde a época grega.

Nas cidades púnicas do Mediterrâneo Ocidental aparecem abundantemente, como é o caso de Ebussus, na ilha de Ibiza (Baleares), cidade cartaginesa fundada em torno de 654 a.C., em cujas necrópoles são encontradas numerosas figas de osso, perfuradas para pendurar, ou em forma de agulhas para os cabelos.

Para Câmara Cascudo, o gesto representado pela figa «é uma representação do ato sexual, em que o polegar é o órgão masculino e o indicador e o médio o triângulo feminino. O símbolo da reprodução anula as influências negativas da esterilidade adversas à vida». Cita, também, entre os mais antigos amuletos contra o mau-olhado, o gesto «tão italiano», de estender os dedos indicador e mínimo, paralelamente, deixando os outros dobrados, chamado de «figa isolada», sobretudo no Sul do país. «A mão cornuda repete os cornos, atributos da potência viril, touro solar, vaca lunar, bode de Mendes, cabra Amalteia, cornucópia, etc.» — Diz ainda Câmara Cascudo: «A mão cornuda livra dos inimigos que possam trazer a fraqueza, o atraso, a infelicidade, todos os atributos contrários à virilidade, energia, decisão, vigor dos animais ornados de cornos». Se bem que o gesto seja conhecido e utilizado, no Brasil, ao contrário, não é representado na arte e no folclore populares, como a figa, embora objetos que lembram a forma do corno sejam também amuletos.

ASSOCIAÇÃO

Registre-se, a propósito, a associação da figa com dentes e raízes, em forma de chifre, que se encontram nos túmulos romanos, em forma de colar, e que, ainda hoje, são vendidos no Brasil, fabricados com materiais locais.

O gesto de fazer cornos com a mão pode relacionar-se, diretamente com os amuletos em forma de chifre, às vezes, simplesmente, dentes de felinos que pelas suas formas curvas, lembram o corno, aliás, frequentemente associados à figa em colares de enxovais funerários romanos e púnicos.

No Brasil, esta associação entre a figa e o corno é perfeitamente identificada nos amuletos feitos com chifres de touro com a ponta talhada em forma de figa, e que podem ser comprados, ainda, no Mercado de São José, no Recife, recanto sempre cheio de surpresas para antropólogos e sociólogos.

A mão cornuda ou «isola» transforma-se no simples símbolo do chifre que acompanha a figa. Por sua vez, a simbologia mágica da mão relaciona-se com a magia dos cornos e ambas com a simbologia fálica na equação:

Mão — FIGA — Corno — Mau-olhado
FALO

A relação perfeitamente entrelaçada tem também uma motivação comum: afastar o fascínio, o quebranto, o mau-olhado «invisível, obstinado, terrível mal», no dizer de Câmara Cascudo.

A origem e antiguidade da figa são indiscutíveis, assim como a sua perpetuação cultural ininterrupta, porém se deve observar a notável evolução sofrida no seu significado e sua aplicação no passar do tempo. Concretamente, podemos afirmar que perdeu, totalmente, seu significado fálico, tanto como objeto em si, como em seu valor de amuleto.

A figa simples, que os meninos romanos levavam no pescopo para afastar o *fascinum*, tem significação e forma idênticas às das figas que, ainda hoje, são impostas às crianças brasileiras, não exclusivamente entre as famílias das classes sociais mais baixas, como também entre as da classe média, fatos de que somos testemunha pessoal. Não a encontra-

mos aplicada à conservação da potência viril, nem representada associada a símbolos fálicos que hoje seriam considerados profundamente obscenos. A simbologia fálica da figa na sua representação plástica, provavelmente, perdeu-se muito cedo pela influência do cristianismo no combate ao paganismo.

CULTOS PAGÃOS

Sabemos que os cultos pagãos conservam-se na Península Ibérica muitos séculos depois do Edito de Milão, em 313, quando foi instituído o cristianismo como religião oficial. Na verdade, nunca se perderam totalmente, renascendo das cinzas nos momentos em que a maior liberdade religiosa do Novo Mundo deu-lhes possibilidades.

Examinando-se a documentação dos Concílios de Toledo, da Espanha visigoda, torna-se patente esse fato. Neles, recomenda-se, repetidamente, aos bispos, tomar medidas que visem a reprimir a idolatria e a magia. No III Concílio (589), os bispos admitiam que a idolatria estava fortemente implantada em toda Espanha e na Septimânia. No IV Concílio, proíbe-se a todo clérigo consultar advinhos. No V Concílio, decreta-se que a prática da magia e da adivinhação será castigada com penas de apóite e que poderá o infrator ser vendido como escravo.

As festas pagãs das calendas de Janeiro foram condenadas por São Isidoro, escandalizado com cristãos que dançavam e se embriagavam, fantasiados com peles de animais e roupas de mulher. No século VII, os adoradores de pedras, fontes e árvores, os adivinhos e os magos e os que praticavam magia e sortilégios, eram perseguidos e castigados por juizes, bispos e sacerdotes.

Vemos, pois, que nas vésperas da instalação de uma nova religião na Península Ibérica, as práticas pagãs eram numerosas. Práticas, aliás, que a nova religião muçulmana não contribuiu a fazer desaparecer. Posteriormente, na documentação referente aos tribunais medievais da Fé e nos processos do Santo Ofício da Inquisição espanhola e portuguesa, serão numerosas as referências a delitos de paganismo, idolatria, magia e bruxaria, que chegaram até aos nossos dias, distorcidos no folclore e nos costumes populares.

Porém, se bem que amuletos, superstições e credices pagãs nunca hajam desaparecido, totalmente, malgrado os esforços do cristianismo, qualquer simbologia ou amuleto que lembrasse antigos cultos ou mitos orgiásticos, sempre foi duramente hostilizada pela moral cristã.

Se a representação fálica da figa perde-se, como já dissemos, na Antiguidade, seu significado obscuro manteve-se mais ou menos oculto, por muito tempo, e o achamos, na melhor literatura, ora como protetor-esconjuro, ora como insulto. Este último é a intenção claríssima de Dante ao colocá-lo na boca do ladrão Caco (Divina Comédia, Inferno, XXV), fazendo a figa a Deus com ambas as mãos:

«Al fine delle sue parole il ladro
le mani alzò con ambedue le fiche,
gridando: Torçi, lócio, ch' a Te le
squadrò!»

Na cena, o gesto não é somente insultoso, mas também, sacrílego. Na mesma época, aparece nas *istorie Fiorentine*, de Iovani Villani, historiador italiano nascido e morto em Florença (1276-1348), relatando a existência, no seu tempo, de dois brapos de mármore que faziam figa à Florença, na rocha de Carmignano. Deduz-se, aqui, que o monumento infelizmente perdido era protetor da cidade, porque é indubitável que não teriam consentido os florentinos um insulto coletivo a sua pátria. Câmara Cascudo (1972) cita este fato com interpretação diferente, referindo que Pistóia, a quem pertencia o castelo de Carmignano, levantou uma enorme figa contra Florença, que lhe declarou guerra imediatamente. Como Carmignano ficou, a partir de 1328, definitivamente nas mãos de Florença, o insulto dos pistoienses pode se ter transformado, depois, em monumento protetor da cidade.

Na vida de Teresa D'Ávila, contada pela própria santa, lamenta-se ela que um dos seus confessores obrigava-a a fazer figas, que a protegessem nos seus transe, contra uma possível visão celestial falsa, na realidade obra

do espírito infernal. Vemos, assim, como o amuleto toma, aqui, um sentido cristão, apenas repelindo o diabo, sem reminiscências fálicas. Diz Santa Teresa: «Como las visiones fueron creciendo, uno de ellos que antes me ayudava (que era con quien me confesaba algunas veces que no podia el ministro) comenzó a decir que claro era demonio. Madaneme que, ya que no habia remedio de resistir, que siempre me santiguasse cuando alguna vision viesse y diese higa, porque tuviesse por cierto era demonio y con esto no venia y que no huviesse miedo, que Dios me guardaba y me lo gritaria. Dava-me esta dar higa grandísima pena cuando via esta vision del Señor... Por no andar tanto santiguandome tomava uma cruz en la mano; esto hacia casi siempre; las higa no tan continuo, porque sentia mucho. Acordavame de las injurias que le havian hecho los judios y suplicavale me perdo nasa». (Teresa de Jesus, Libro de la vida, 29,5,6)

Cervantes utiliza-a em sentido depreciativo na resposta de dona Rodríguez a Sancho: «Hermano, si solo juzgar — replico la dueña — guardad vuestras gracias para donde lo parezcan y se os paguen; que de mi no podreis llevar sino una higa» (D. Quijote, cap. XXXI, 2ª parte) e quando Sancho aconselha a D. Quijote: «de uma higa al médico, pues no le ha de menester para que le cure en esta enfermedad, volvamos a nuestra casa, y dejemonos de andar buscando aventuras...» (D. Quijote, cap. LXV, 2ª parte).

Shakespeare põe na boca de Iago: «Virtue! a fig'tis in ourselves» (Otelio, I, III). O sentido aqui, mais que insultuoso, é dar pouco valor a alguma coisa. Na Espanha, como no Brasil, pode-se usar a expressão *uma figa*, em sentido exclamativo, indicando incredulidade ou coisa de pouco valor.

Ramón de Valle Inclán, escritor espanhol da chamada geração de 98, a utiliza com intenção depreciativa, em uma de suas farsas:

«Me dijo, me dijo
que fuese su amiga
le jice, jice
le jice una figa» (Ligazón)

A grafia «figa» merece um esclarecimento. Valle Inclán escreveu jiga, em lugar de figa, aspirando o h, para imitar, assim, a forma de falar de certas regiões de Andaluzia.

Aliás, o «brasileiro» Pe. Anchieta — a quem poderíamos chamar de nosso primeiro proto-nativista —, menciona a figa no seu auto sacramental «Na Vila de Vitória», obra bilíngue, em português e espanhol:

«Quatro figas para vós»

diz o diabo, acreditamos que, pela primeira vez, na literatura brasileira.

Através de informação oral que recolhemos do antropólogo Roberto Motta, no Brasil, atualmente, a figa é utilizada como amuleto, exclusivamente contra o mau-olhado. Nas suas exaustivas pesquisas entre os diferentes cultos umbandistas, não tem achado reminiscências fálicas conscientes. Somos de opinião que também o significado fálico perdeu-se, possivelmente, como consequência das pressões exercidas pela moral cristã em torno de qualquer tema ou objeto que guardasse implicação sexual, se bem que perdurasse mais no seu significado que na representação plástica.

A figa é, atualmente, amuleto comum entre os membros dos cultos afro-brasileiros, ainda que não seja atributo especial nem exclusivo de nenhum santo, nem apareça nos *pejis* dos terreiros.

Câmara Cascudo afirma ter visto, na Bahia, uma cruz feita com três figas. Julgamos a peça interessantíssima, pois nela sincretizam-se um símbolo cristão e um amuleto pagão. Não, poderíamos achar a mesma intenção do gesto que tanto atormentava Santa Teresa: a cruz afastaria o demônio e a figa a desgraça e o mau-olhado. Juntas seriam um remédio contra o mal no seu sentido mais amplo.

Figas «cruzadas» nas quais o polegar prolonga-se em forma de cruz, são vendidas na Bahia, para quem quiser comprar, na porta da Igreja do Bonfim.

Também a mão cornuda ou figa isolada tem sofrido notável mudança no seu significado,

particularmente na Itália, de onde parece ser originária, evoluindo de atributo de força viril e representação do vigor dos animais cornudos para gesto francamente insultuoso de significação completamente contrária. O gesto *isola*, com a mão levantada, é, entre os Italianos, o homem cornudo, principalmente o marido traído. Já na Espanha, é utilizado aplicando-se os dedos sobre a madeira ou metal, para afastar o azar e a má sorte, mesmo significado que tem no Brasil, se bem que hoje pouco utilizado.

PODER DOS METAIS

O poder mágico dos metais, tais como o cobre e o bronze, embora inferior ao do ferro que os suplanta, é também muito antigo. Com o ferro, foram-se todas as armas e instrumentos, evidência do seu poder protetor. Pensa-se no seu poder profilático e curativo das doenças e dos perigos, defendendo-se o indivíduo contra o malefício. As cadeias, anéis, ferraduras, facas, pregos de ferro e em geral todos os objetos feitos com este metal, significam para o homem primitivo uma defesa. Já em épocas remotas, era considerado eficaz contra o mau-olhado, sendo desnecessário destacar que a crença continuou «...» na atualidade, e daí o poder protetor do ferro reforçar o próprio poder da figa *isola*.

A referência de Câmara Cascudo de que é mais conhecida no Sul do país, inclina a pensar que tenha chegado com os imigrantes Italianos, entre os quais, como já dissemos, o gesto mantém-se vivo. O que se perdeu, totalmente, foi sua representação plástica, sendo apenas um gesto neutralizante ou insultuoso, porém nunca um amuleto. Já no Nordeste, o gesto *isola* protetor é, sobretudo entre as crianças, o dedo indicador sobre o médio e o resto da mão fechada; com ele, o indivíduo considera-se *isolado*, ou seja, protegido do ataque de qualquer mal externo.

A respeito dos gestos utilizados pelas crianças — e que são precisamente aqueles transmitidos mais inconscientemente —, lembramos que, nos subúrbios de Madrid, as crianças faziam figa na presença de ciganos para se protegerem. É possível que, na atualidade, esse costume tenha-se perdido, porém consta-nos que estava bem vivo há mais de três décadas atrás.

Dentro da simbologia mágica da mão, podemos incluir o gesto muito popular no Brasil, chamado *dar banana*. «No Brasil, diz-se dar bananas a um gesto insultuoso, pondo-se o antebraço ou a mão no sangradouro do outro, este oscilando o punho fechado. O nome é que é brasileiro, mas o uso é europeu e bem velho; *manguito* em Portugal, *far manichetto* na Itália, *hacer un corte de mangas* na Espanha», assinala Câmara Cascudo (1967). Considerado como gesto vulgar e obscuro, poderia ser relacionado com a figa, e com a mão cornuda, mistura de insulto e esconjuro; em algumas regiões espanholas julgamos que seu verdadeiro significado primitivo era mandar depreciativamente alguém realizar o ato da masturbação masculina. Encontramos, pois, na Europa, outro exemplo de simbologia fálica em relação com a mão, e, por sua vez, nota-se também que sua vulgarização lhe fez perder, no Brasil, o profundo sentido obscuro original. Consta-nos que a maioria dos que hoje o utilizam como gesto ou palavra, não conhecem nem estão aplicando intencionalmente seu verdadeiro significado, e apenas pretendem desprezar atitudes contrárias às próprias. Também Verissimo de Melo (1960) menciona o gesto de «dar banana» como demonstração de revolta ou protesto.

Outro gesto também relacionado com a figa, se bem que mais insultuoso do que profilático, é estender somente o dedo médio deixando os outros flexionados. Já era conhecido entre os romanos, que o chamavam de *infamis*, e também de *impudicus* e *verpus* porque esta posição da mão pretendia uma comparação obscena e era gesto de mofo. O duplo sentido propiciatório contra o mau-olhado e fálico está patente também neste gesto: as mães e nutrizas romanas colocavam a mão nesta posição e untando o dedo de saliva tocavam na testa dos recém-nascidos para protegê-los, como lemos nos versos do poeta satírico Párisio: «frontem que atque uda labella infamit'igito et lustrailibus ante salibis exipiat» (Párisio, II, 32). No Satírico (Petrônio, CXXXI) uma feliçeira faz o mesmo gesto e unge com saliva a testa do Polieno para livrá-lo da impo-

tência sexual de que sofre o jovem. Finalmente, podem-se citar como sinal protetor os dedos polegar, indicador e médio estendidos e dobrados os outros dois, gesto citado por Santo Agostinho (Epístolas, XVII, 1). Uma mão votiva de bronze com figura de Serápis e símbolos protetores esculpidos em relevo, conservada no Museu de Berlim (fig. III), reproduz este gesto.

São muito numerosos os exemplos, desde a Antiguidade, tanto na arte como na literatura, da relação existente entre os amuletos e gestos contra o mau-olhado representando fatos obscenos. Não podemos, então, deixar de nos perguntar a razão desta interdependência.

De todas as forças capazes de produzir o mau-olhado ou fascinação — o *fascinum* romano, a *basania* grega — que designam em particular a influência perniciosa que uma pessoa pode exercer sobre tudo que a rodeia, sem recorrer a nenhuma cerimônia ou fórmula mágica, e mesmo sem a sua expressa vontade, é o *olhar* a maior força maligna, o *oculus malignus*, capaz de consumir os corpos daqueles a quem é dirigido. A crença é tão arraigada que, segundo Santo Agostinho (Confissões, 1,7), até as crianças novas, incapazes de falar, podem produzir o mau-olhado. São numerosas as referências dos autores clássicos a respeito do olhar maligno produtor de fascinação. Um dos que mais amplamente tratou o tema é Plutarco (Simposium V, 7) examinando as crenças populares a respeito e ouvindo a opinião de pessoas dotas e esclarecidas que, incrédulas, o tomavam como vulgar superstição. Plutarco admitia a existência de certas imagens possuidoras de sentimentos e de ação e portadoras de maldade e inveja, sentimentos que delas emanavam e transmitiam àqueles a quem se desejava enfeitiçar, causando perturbação ao seu corpo e a sua alma. Segundo Plutarco, era com os olhos, principalmente, que estas imagens maléficas comunicavam-se, pois sendo o órgão da visão muito ágil, emitiam com sua luminosidade, uma força ignea de atividade surpreendente e que produziria tremendos efeitos...

A FASCINAÇÃO

Produzir fascinação com o olhar poderia ser força hereditária em determinadas famílias, e fazer vítimas do próprio poder. Um epigrama citado por Plutarco refere-se a um certo Eutélides, que se olhando nas águas de uma fonte, ficou enfeitiçado e começou a enfraquecer imediatamente. Mulheres de duas pupilas tinham também o mesmo poder de fascinação, e Plínio (Naturalis História, VII 2) cita uma imaginária população do Ponto que tinha estranhos olhos, um com pupila dupla e outro com a imagem de um cavalo, ambos produzindo o mau-olhado. Ovídio (Metamorfosis, VII, 635), atribui o «fascinum» ao povo lendário dos Talchinos. Para Horácio (Epístolas, I, 14,37), o mau-olhado não só atingia a pessoa através do olhar maléfico, como também os seus bens e tudo o que lhe era caro.

Se os olhos são a maior força do mau-olhado, todos os meios de proteção baseiam-se, uniformemente, na mesma idéia, como garantia contra ele (*præfascinandus rebus*), ou seja, obrigar ao «olhar fascinador» e maléfico a se afastar com a oposição de um objeto indecente, ofensivo, ridículo e insultuoso (turpe, ridiculum, infamis, impudicus), que repila o insistente olhar maléfico. Devolver o mal com o mal da mesma forma que a Gorgona não pode resistir ao olhar da própria imagem. O Gorgoneion, com a cara horripilante de Gorgona, impede qualquer olhar maligno sobre quem o leva.

É aqui que encontramos a verdadeira razão de que amuletos contra o *fascinum* sejam indecentes e representem o falo e o ato sexual e apareçam nas insultuosas e agressivas formas da mão cornuda. Enfim, quanto mais indecente um gesto, mais afasta o olhar maligno e fascinador, e, por essa razão, além dos gestos obscenos, representam-se, também, figuras acorçadas, defecando, junto com os olhos e outros símbolos profiláticos.

A representação fálica afastadora da fascinação foi tão comum entre os romanos, que o próprio falo foi chamado de *Fascinum*, tomando o nome do mal que ajudava a neutralizar. As características próprias do *fascinum*, capaz de atingir animais, indivíduos, famílias e até cidades, pela força única do olhar maligno, distinguem-o dos outros malefícios (*magia, devotio, imprecatio*), fazendo-o mais temível.

Na antiga Roma, proteger-se contra o *fascinum* formava parte da vida cotidiana e, na Idade Média, nem os padres da Igreja negaram a sua existência ou consideraram o assunto como mera superstição; apenas o atribuíram ao demônio ou espírito maligno.

Nos comentários do gramático Pompônio Porphrion aos Epodos de Horácio (Epodos, VIII, 18), pode-se ler: *Fascinum pro virili, parte posuit quoniam præfascinandis rebus hæc membri difformitas apponi solet*. Vemos, aí, como a idéia de *fascinum* e *falus* se identificam. Junto com a figa, é o amuleto preservativo mais forte, *medicua invidiæ*, chama-o Plínio, sendo suspensos nos triunfos romanos no carro do vencedor para livrá-lo dos olhares invejosos no momento da glória (Naturalis História, XXVIII, 39). Como símbolo da fecundidade, é também protetor contra o mau-olhado que pode destruir os frutos da terra; isolado ou de tamanho exagerado nas estátuas do deus Priapo, era colocado na beira de campos e jardins. Em esculturas ou em baixo-relevos figurou nas muralhas das cidades e em edifícios públicos e privados. Amuletos como o da figura nº 5 são comuns em todo o mundo romano, geralmente pendurados nos batentes das portas. Um exemplar achado em Pompéia leva a inscrição «hic habitat Felicitas».

Em carta pessoal que nos foi enviada, recebemos do mestre Câmara Cascudo uma informação preciosa: em 1953, comprara no mercado de São José, no Recife, um pequenino falo de corno com orifício de suspensão, para se trazer na cueca, garantidor de virilidade. São vendidos na Bahia e «logicamente no Rio de Janeiro, enseada dos rios da Superstição», assinalou, espiritualmente, o antropólogo potiguar. Revive-se, assim, no Brasil, uma autêntica tradição clássica.

Com a mesma orientação, o corno, símbolo da energia sexual e da potência física, defende as lavouras, afasta as pragas e protege contra o quebranto e mau-olhado.

MAU-OLHADO

Se bem que o olhar fosse considerado o mais forte causador da fascinação, não era a única das causas capazes de produzir os mesmos efeitos. O mau-olhado podia chegar por meio da palavra, mesmo que o causador do mal não tivesse a intenção de ferir. Elogios desmesurados, manifestação de felicidade, confiança em si mesmo, podiam também trazer a má vontade dos deuses. Era a *anemesis* grega, castigo dos deuses à felicidade excessiva de alguns mortais. Plínio relata que certas famílias da África podiam, com seus perigosos elogios, por em perigo a vida dos soldados, secar árvores e matar crianças (Naturalis História, VII, 2). Em contrapartida, uma linguagem confusa poderia enganar os deuses, utilizando-se panegíricos hiperbólicos ou ridículos, confundindo-os de forma a atrair sobre outros sua cólera ou inveja. Esta é a intenção dos famosos versos de Catulo:

«*tam te basia multa basiare
vesano satis et super Catulo est,
quæ nec pæmumere curioso
possint nec mala fascinare lingua*»
(*Carmina*, VII, 8 - 12)

(tantos são os beijos que terias de dar ao louco Catulo, para que tantos tivesse que não os pudessem contar os curiosos nem os enfeitiçar com sua invejosa língua).

A mesma idéia da inveja do *fascinador* aparece também nos versos:

«*Dein, cum mille multa fecerimus,
conturbabimus illa, ne sciamus,
aut ne quis malus invidire possit,
cum tantum egiet esse basiorum*»
(*Carmina*, V, 10)

(Depois quando somássemos mais de mil nos enganariamos nas contas, para que não soubéssemos quantos eram e para que nenhum invejoso não nos pudesse mau-olhar ao saber que tantos beijos foram).

O fascinador da Roma antiga, o *jetulore* na Itália atual, são os indivíduos de quem «até falar ofende», segundo as palavras de Câmara Cascudo indivíduos em que ainda se acredita, amplamente, no Brasil.

A respeito do quebranto produzido pela palavra, vale registrar a pedra existente na

torre da Igreja de Verin, na Galícia (Espanha), com a seguinte inscrição escrita em castelhano arcaico: A' LAS MALAS LEMGUOAS ESTAS FIGUASS, logo abaixo há duas figas esculpidas opostas, dentro de um círculo (Leite de Vasconcelos, 1938).

A difundida crença no *fascinum* foi a causa da abundância dos amuletos capazes de afastar o mal. Quem se achasse em imediato perigo, poderia se defender, fazendo, rapidamente, o gesto da figa. Grande número de amuletos antigos representam a figa que, como o falo, foi também chamado *fascinum*, indicando não somente o mal, e sim, também, o próprio remédio.

Como as principais vítimas do mau-olhado eram as crianças, a proteção começava logo no nascimento, com todo tipo de amuletos e encantamentos. A crença de considerá-las as vítimas mais atingíveis deve estar baseada tanto na sua própria dependência e debilidade, como na maior facilidade de contrair doenças e sucumbir às epidemias do que os adultos, além de que a felicidade dos pais com o nascimento de uma criança bela e sadia, poderia, eventualmente, excitar a inveja dos deuses. Essa crença mantém-se viva até nossos dias, muito especialmente no Brasil, onde se já não são os deuses invejosos os causadores do possível mal à criança, é o mau-olhado de alguém, maléfico, azarento, agourento, autêntico filho da inveja, a quem se pode atribuir a origem de qualquer desgraça que lhe suceda.

A respeito do particular perigo que correm as crianças com o mau-olhado são interessantes os comentários, combatendo a superstição, que Lopes Gama publicou em 1838, no *O Carapuceiro*, intitulado *Os olhados, quebrantos e malefícios*: ... «o acertado uso de por figas de chifre em chaveiros, em crianças ou em qualquer coisa que se estima; porque de quantos antidotos se conhecem para quebrantos e olhados nenhum há de tanta virtude como as figas, e mais se são de chifre; que têm estas muitas aplicações na grande arte de malefícios; por isso quando alguma mãe tem de mandar fora o seu menino, logo advertem que não vá sem levar figas no cinto para evitar os maus olhados, e às vezes é o fedelhinho tão feio, tão sernoso e magro, que ninguém há que possa ter inveja de semelhante lesma; mas, não sai sem as figas por causa do quebranto».

A crença continuada arraigada, que ainda hoje um periódico nacional publica um anúncio da Editora Multilivros Ltda., do Rio de Janeiro, sob o título «Como evitar o Olho Grande e a Inveja», e no qual a editora oferece um brinde, na compra do livro: «uma caixa de defumador *Anula Olho Grande* e uma figa de azeviche para sua proteção».

É comum, ao visitar-se um recém-nascido, junto com os louvores próprios ao caso e ao «Benza-te Deus», aconselhar-se à mãe a colocar no filho uma figa e uma fita vermelha, proteção segura contra qualquer quebranto. Aliás, o costume de proteger crianças novas com algo vermelho é de tradição hispânica, costume que se mantém, até hoje, nas populações camponesas da Península Ibérica e não esqueçamos que a cor vermelha e a figa dessa cor são símbolos de boa sorte.

PROTEÇÃO

Na antiga Roma, quando uma criança nascia, era protegida do *fascinum* com vários tipos de amuletos e encantamentos, entre os quais a figa era comum. No nono dia do nascimento, realizava-se a cerimônia do *lustratio*, espécie de batismo pagão, que purificava pela água e pelo fogo. No ato do *lustratio*, impunha-se o nome à criança e se colocava no seu pescoço a *bullæ* que, dependendo de sua condição social, poderia ser uma medalha de ouro ou de outro metal, no qual estavam gravados símbolos protetores, tais como olhos, animais sagrados, falos, figas, fórmulas mágicas, etc. Ao mesmo tempo, a *bullæ* indicava sua condição livre (*insigne ingenuitatis*). As crianças mais pobres levavam um saquinho ou bolsa de couro, também em volta do pescoço, contendo amuletos contra o mau-olhado, entre os quais se achava a figa. A *bullæ* era levada até aos 16 anos de idade, quando os meninos passavam a formar parte dos *juvenes* e tiravam a *bullæ*, então oferecida aos deuses lares. Vestiam, nessa ocasião, a toga viril. Era tão peculiar às crianças, que, nas representações romanas do deus Harpócrates, adorado em Alexandria

como Horus-menino ou o Sol nascente, aos seus atributos, juntou-se a *bullæ*. Harpócrates era também o deus do silêncio, protetor contra o mau-olhado produzido pela palavra. Figurinhas votivas do deus, aparecem com a *bullæ* e também são comuns colares de amuletos, nos quais consta a figa.

No Museu Etnográfico de Lisboa, guarda-se uma *bullæ* de bronze em forma de caixinha, publicada por Leite de Vasconcelos (1913); e na Real Encyclopedie de Pauly-Wissowa, fala-se, no verbete *bullæ*, de outra procedente de Portugal, e achada numa urna funerária que tinha como adorno uma pedra gravada.

A *bullæ* fora utilizada pelos etruscos de quem os romanos a herdaram, como demonstram as encontradas em túmulos etruscos e o colar como sete «bullas» de ouro do Museu Gregoriano Etrusco, no Vaticano.

Além dos amuletos, guardavam-se também nas *bullas* receitas e fórmulas mágicas ou cabalísticas contra a fascinação. No Museu de Louvre, conserva-se uma contendo uma lâmina de prata, com fórmulas gravadas contra demônios e malefícios. Essas lâminas em pergaminho, prata ou ouro eram comuns nas *bullas* e sua origem pode ser procurada nas fórmulas efésias, feitas em placas de barro, pedra ou metal, gravadas com inscrições ininteligíveis, que, às vezes, lêem-se em todos os sentidos e nos *abraxas* dos gnósticos, pedras com nomes misteriosos, como o *abracadabra*, que se podia ler em suas direções. Encontramos, atualmente, reminiscências desse costume, nos fascículos dos Evangelhos costurados em escapularios e nas pequenas folhas de papel contendo orações, que se vendiam em alguns conventos da Espanha, feitas especialmente para serem engulidas pelos crédulos.

HÁBITO NEGRO

Valdemar Valente, ao referir-se às sobrevivências islâmicas nos cultos afro-brasileiros, cita o hábito de alguns negros pendurarem no pescoço pequenos sacos, contendo pedaços de papel com versículos do Corão. «Ao nosso ver, trata-se de uma sobrevivência mágica que não pertence especificamente a tal ou qual povo. No caso em foco deve resultar da concorrência de práticas do fetichismo africano e de costumes mágicos do islamismo» (Valdemar Valente, 1954).

Chegada ao Brasil pela via cristã ou maometana, sua origem está na *bullæ* romana, com possíveis influências orientais mais antigas, como, por exemplo, no caso das *laminæ argenteæ* e *laminæ aureæ*, com orações muito recomendadas por Marcellus Empiricus na sua Medicina.

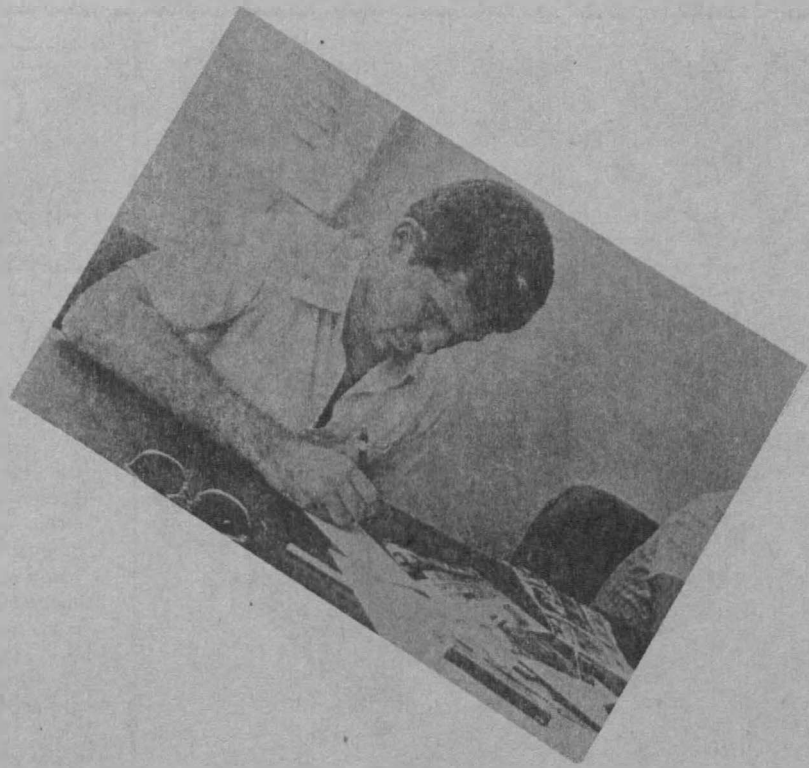
Da mesma forma que a figa como amuleto nunca se perdeu totalmente, também o costume de guardar orações ocultas e protetoras manteve-se na Europa, e através de um cristianismo supersticioso chegou ao Brasil. Não se pode desprezar a hipótese de que a adoção brasileira tenha sido originada por caminhos complementares. Negros islamizados não podem ser excluídos. De qualquer forma serão sempre caminhos paralelos, vias culturais de uma mesma origem clássica.

Ainda hoje, na parte interna das portas de casas da pequena classe média brasileira, são afixadas orações, pedindo proteção a Nossa Senhora. Quadrinhos com a frase «Deus proteja esta casa» podem ser comprados nos mercados públicos do Nordeste e também são comuns até hoje na Espanha e em Portugal.

No ato do *lustratio* e junto com a *bullæ*, era oferecido à criança, pelos seus familiares e nutrízes, 1 colar com amuletos propiciatórios (*crepundia*) que servia também de brinquedo. O número e tipos de amuletos eram variados, dependendo da região, porém, eram muito comuns as figas, mãos e pés votivos, falos, pequenos sinos (*tridubulum*) dentes de animais, etc. Em Portugal, chamam-se «arrelíquias» esses colares de amuletos ainda usados em pleno século XX. (Leite de Vasconcelos, 1913).

Gabriela Martin é coordenadora do Departamento de História do Centro de Estudos e Ciências Humanas da UFPE; ensina nos *Maestros de História, Antropologia e Letras* da UFPE; é doutora em Arqueologia pela Universidade de Espanha; tem vários trabalhos publicados sobre Arqueologia espanhola (ela é natural de Espanha), colonizações fenícias e romanas. Desenvolve atualmente pesquisas sobre pinturas rupestres no Nordeste brasileiro e está elaborando uma carta (mapa) arqueológica de Pernambuco e Paraíba, para analisar todos os sítios arqueológicos conhecidos até agora.

Quando o mundo pode ser visto pelo desenho



Ao apresentar três trabalhos na categoria **Desenho** — «Homens e Passaros na Tarde», «Vaquejada» e «Um Ente» —, no Salão Nacional Universitario de Artes Plásticas, Mariano Teixeira do Amaral Neto, aluno de Historia da Unicap e ilustrador de matérias do JORNAL UNIVERSITÁRIO, obteve um honroso segundo lugar. O que lhe dá direito a um prêmio de 10 mil cruzeiros. Para o professor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, Reitor da Universidade Federal da Paraíba, a importância do 2º Salão Nacional «está na própria dimensão que alcançou: ao reunir representações artísticas de varias regiões do país, num trabalho de integração e divulgação da cultura, na promoção e valorização do estudante universitário e no cumprimento de uma das principais metas da Política de Cultura que é o incentivo à criatividade».

Obras das mais diversas tendências estiveram representadas neste 2º Salão de Artes Plásticas. Além de Mariano Teixeira, mais sete pernambucanos apresentaram trabalhos: Paulo Bruscky (Gravura), Eduardo Costa Lima Almeida, Luiz Normando de Oliveira, Manoel Afonso de Mello, Ricardo Aprigio Ferreira (Desenho), Flávio Augusto Viana Gadelha, Maria Martins Vargas (Pintura). Um total de 235 trabalhos (82 desenhos, 62 gravuras e 91 pinturas) foram submetidos a comissão julgadora, composta dos srs. Alcindo Mafra de Souza, diretor do INAP, Antônio Bento, crítico de arte do Rio de Janeiro, Antonio Benedito, artista plástico, Ivo Velhame, diretor da escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, e Flávio Tavares, artista plástico. Mariano concedeu uma entrevista ao JU.

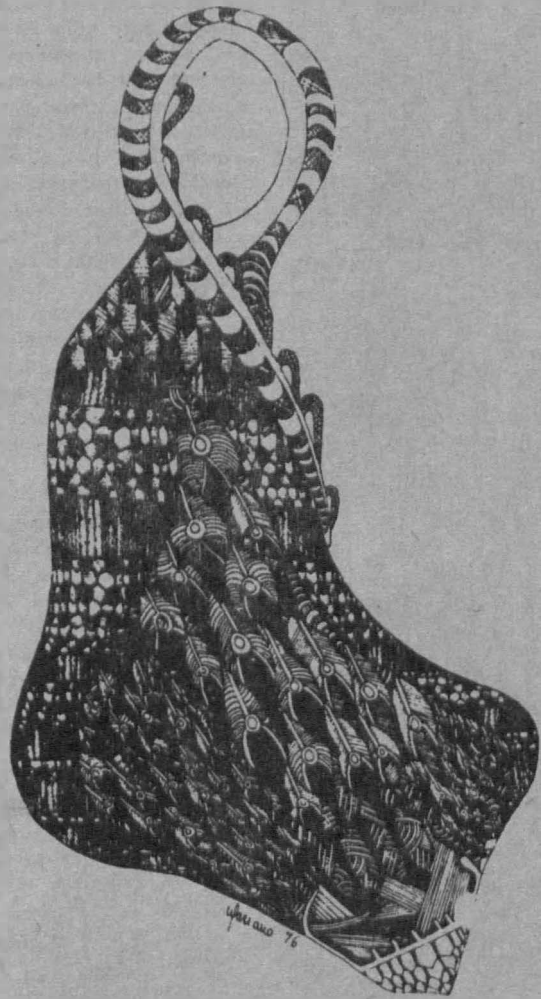
BICO-DE-PENA

JU — Quais as vantagens e desvantagens do bico-de-pena em relação a outras técnicas?

MARIANO — O bico-de-pena e o desenho propriamente ditos, se prestam com grande efetividade para uma expressão definida e objetiva. Dispensa acessórios acidentais, e tendo na sua linearidade uma evidência clara, neste ponto surge uma situação interessante e paradoxal, com respeito a condição secundária que o bico-de-pena ocupa no mercado de Arte. As pessoas que consomem obras de arte preferem a pintura, o quadro à óleo, porque esses enfeitam mais uma parede que um desenho em preto e branco, e esquecem que a densidade de trabalho e intelectualização contidos, já bastam para suprir a ausência de cores, e, esse equilíbrio, essa sublimação que o desenhista busca concretizar é negada pela predominância do sensualismo pictórico, a cor pela cor. Certa vez ocorreu comigo um fato pitoresco e quase metódico, acho que algum pintor ou desenhista já passou por esta afronta: a de ter seu trabalho reduzido a um prosaico enfeite em detrimento de um valor mais elevado. Estava trabalhando, quando chegou um senhor de aspecto respeitável e começamos a conversar sobre arte. De repente, ele me pergunta se eu poderia fazer um quadro para tapar um buraco na parede de sua casa. Simplesmente desconversei, era demais.

JU — Você se realiza no bico-de-pena ou pretende partir para desenvolver outra técnica?

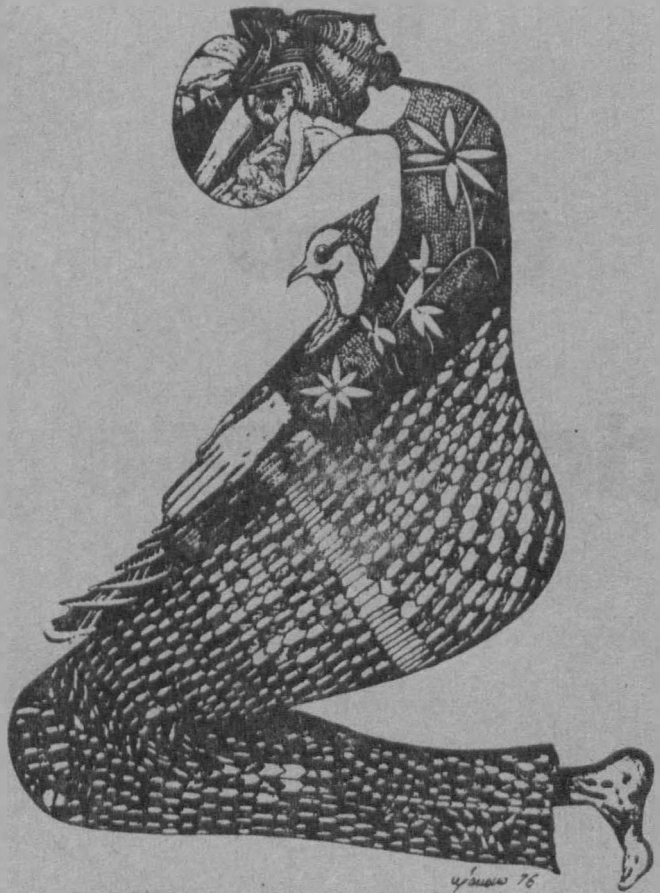
MARIANO — O desenho serve para canalizar e formalizar minha percepção de variados signos visuais que estão no cotidiano mais abrangente das pessoas e das coisas. Pretendo iniciar-me na técnica da Pintura que será ligeiramente uma extensão do bico-de-pena, a medida em que procuro manter um certo rigor de transposição de uma técnica em que o bico-de-pena tem a vantagem da versatilidade, o papel registra as nossas menores vibrações, permeia nossas ondas simbólicas inconscientes, um «sismógrafo» da nossa subjetividade, claro que também da nossa objetividade para com o mundo. Portanto, essa



simbiose pintura-desenho e minha preocupação doravante na pretensão de colocar cor na forma.

JU — Como situa o artista perante o público, isto é, pode haver artista sem público, em matéria de arte plástica?

MARIANO — Quando uma obra é expressiva e comunicativa, «impede organicamente» que o seu criador apegue-se a ela, a boa obra fala por si, dispensa sócios. No caso contrário, de uma obra menos expressiva, se faz necessária a presença do autor para «tentar» explicá-la intelectualmente (portanto uma contradição, este apêndice verbal ao visual). É nesse contexto que o relacionamento do artista com o público assume certas arestas, (provocadas pelo autor) na medida em que o público impede que o artista se misture a ele, se confraternize no ato da contemplação «uniforme» e humilde. Porque o ideal seria que o artista e o público partilhassem do prazer estético sem a clássica e perene postura da visão estabelecida entre o que faz e o outro que contempla.



CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

JU — Acha que o artista pode ter atividades paralelas?

MARIANO — Claro que sim, partindo do princípio de que a arte e a vida não são coisas separadas, então uma pessoa pode conciliar outras atividades com o mesmo teor de perfectibilidade. Não confundir com a dispersão, que é um defeito. Um mal que está grassando nos dias de hoje. Essa atividade paralela pode ser também a sábia luta pelo pão-de-cada-dia, que chama o artista à realidade social, evitando que o mesmo fuja para um subjetivismo doentio e pseudo-justificador de uma possível inércia, que o artista se encontre às custas de uma pessoa, família, ou instituição que lhe serve de abrigo.

JU — Como você vê o artista no contexto universitário, em se tratando de arte plástica?

MARIANO — Nas Universidades que mantêm cursos regulares de Artes Plásticas, o artista tem condições de participar suas experiências com outros companheiros com maior fluidez e interação, pode desenvolver também uma linha de pesquisa coerente com o nível da sua «comunidade». É importante sua formação acadêmica tanto no nível técnico-artesanal, como humanista, e de disciplinas afins, facilita futuras ponderações de ordem qualitativa no aspecto global da sua obra. E o mais importante: esse acervo teórico facilita as condições para uma auto-crítica construtiva.

JU — Quais as suas perspectivas diante da quase massificação do fazer arte, isto é, como membro de uma sociedade em que todo mundo quer dar «uma de artista», em detrimento, às vezes, dos verdadeiros valores?

MARIANO — O fato de que cada vez mais aumenta o número de artistas plásticos, demonstra como estão se elastecendo em todas as formas e direções os critérios de seleção dos críticos especializados. Existe no momento uma graduação imensa e sutil nos padrões de gosto e de determinação do que é realmente bom ou não. Se esta enxurrada, esta enchente, não promover simultaneamente nos críticos uma atitude de cautela e sensatez, pode levar gradativamente a uma desorientação a longo prazo nos indicadores de referência valorativa, e de se esperar logicamente que a «peneira», a seleção radical só vá ocorrer no justo ponto da quase saturação. É e nesse «quase» que reside a esperança dos que militam na pesquisa e dedicação ao trabalho plástico. Seria utópico e presunçoso esperar que o próprio mercado de arte se encarregasse de julgar, em virtude de que este mercado se abstenesse dessa atitude e outorga a marchands norteados muitas vezes pelo índice de aceitação dos seus protegidos (a conhecida mitificação de artistas para efeito de venda).

JU — O que lhe levou a participar do Salão Nacional Universitario de Artes Plásticas?

MARIANO — Foi a vontade de conhecer e observar a preparação técnica e os estilos dos participantes do salão. E ficou constatado a posição privilegiada de Pernambuco, em decorrência da grande maioria dos premiados, em técnicas variadas, serem pernambucanos. Este salão nos mostrou que não estamos na periferia cultural, daí outro motivo para continuar o trabalho em busca de novas propostas.

Torres: um épico do nosso tempo



Numa das dependências do Departamento de Extensão Cultural da UFPE, está exposto à apreciação de todos, o trabalho do artista Fernando Torres Barbosa. Seus 13 quadros ocupam uma das salas do Casarão da Capunga, que dá início, com esta individual, a uma série de exposições que darão início à instalação do futuro Museu Universitário.

Fernando Barbosa expôs pela primeira vez em 1970, numa coletiva na Igreja de São Pedro dos Clérigos. Outras coletivas contribuíram para o amadurecimento de sua obra: Centro de Relações Públicas de Pernambuco — 1973. Clube dos Mariscos — 1973. Salão Global — 1975, e Teatro do Parque — 1977. Sua primeira individual aconteceu em 1974, no salão da Reitoria da UFPE.

CONTEMPLAÇÃO E AÇÃO

O poeta Marcus Accioly, autor do prefácio que apresenta o artista nesta individual, classifica Fernando Torres Barbosa como «um dos mais completos talentos de nossa geração. Dois olhos para o plástico (pintura-escultura) e dois ouvidos sobre o fonético (música-poesia). Fernando é um épico que, entre máquinas e estrelas, sabe cores e formas, sons e palavras da época atual».

Assim, o poeta define os trabalhos do artista: «Aqui, em vez do criador múltiplo, somente o pintor e sua luz de sete-cores ou sua cor sete-luzes. Comprometido com o tempo (presente-passado-futuro) ele, sem perder o fio clássico-tradicional, chega ao moderno-clássico, onde a precisão das linhas, à força de sua surpreendente técnica, define um espaço próprio que, do mundo mitológico ao universo de hoje, saltou da contemplação para a ação propriamente dita».

«Parecendo pintar com os quatro elementos vivos, a terra de suas telas se dilui em água e a água se evapora em um ar gasoso que, finalmente, explode como uma bolha de fogo», continua o poeta: «Algo do fatalismo grego, da inútil luta do homem contra o destino, da milenar dualidade do bem em oposição ao mal, caracterizam seu conteúdo estético sob a forma do colorido forte e contrastante, espécie de jogo da luz com a sombra, onde figuras ou imagens enfrentam bestas apocalípticas e vencem as feras de si mesmas. Então, um homem concentrado em seu abso-



luto interior — nirvana búdico — derrama, sobre a cabeça, o sangue dos cabelos. Um pássaro de folhas se contorce, entre as asas, até o leque da cauda. Rostos se distorcem em espelhos irregulares. Porém o corpo, em sua musculatura definida, aguenta o peso dos mares, a lâmina dos peixes, a estrutura do século».

REALISMO-ÉPICO

Dois livros de poesia do poeta (um ainda em fase de preparação) trazem na capa, obras do pintor: *Salto e fúria*, obras encomendadas como capas de dois livros, são, principalmente, máscaras do nosso rosto: o volume da pedra sobre as espáduas, o fronte altivamente curvado, as costelas de *Salto* que se transformam em bico de águia e descem ao puma, ou a roda eterna de madeira, chamas e serpentes, as hastes transpassando a carne em seus sentidos todos, a mulher de nuvem com seus cabelos de treva e, sobre todo o sofrimento, a face de *Edon* erguida, desafiadoramente, como uma lâmpada acesa dentro dos infernos», acrescenta Accioly.

Duas de suas obras pertencem ao acervo do DEC, e são qualificadas como mais um passo dentro do que chamamos e é o Realismo-épico». A poética do amigo explica as características da pintura de Fernando Torres: «o brasileiro, nele, e ele mesmo, ou seja, sua arte, de origens e raízes determinadas, incorpora-se ao universal e, sem deixar de ser a do nordestino das Alagoas, assume o tempo. Daí a figura de um cangaço-jagunço montado em um passaro-pavão, os chapéus-de-astronautas como capacetes-de-couro, o luminoso da manhã sem o crepúsculo de cinza, o incêndio do carnaval e não a penumbra dos bailes a rigor, a alegria popular (mesmo dentro da tristeza) as fitas da *Cavalhada*, os gorros dos *Autores de Guerreiro*, o vistoso das bolas-de-gude e das bolas-de-festa, dos papagaios-pipas e dos balões, enfim, algo daquele sol que Van Gogh conseguiu enfiar a palheta e fazer tremer em labaredas de genialidade e loucura, dentro de suas telas.

O próprio símbolo — dividido entre a cabala e o ferro de marcar boi — que, ao lado do nome, também assina seus quadros, revela essa preocupação de unir a parte ao todo ou a aldeia à aldeia global de Macluhan».

CATALOGANDO

BONIFÁCIO ANDRADE

BRASILIANA

Provavelmente dentro de mais dois anos a Companhia Editora Nacional terá concluído, com a colaboração do Instituto Nacional do Livro, a reedição de todos os volumes da Coleção Brasileira, reedição que significa relevante contribuição para o estudo da realidade brasileira.

Temos atualmente no Brasil várias coleções que são da maior importância para o estudioso do País, como a Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio; a Corpo e Alma do Brasil, da DIFEL; e várias outras, inclusive algumas criadas há pouco, como a Dimensões do Brasil, da Editora Vozes; a Concórdia, do Governo de Pernambuco; e tantas mais. Porém nenhuma dessas tem ainda o número de volumes ou alcançou a importância que tem a primeira coleção criada com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o Brasil: a Brasileira.

A Brasileira foi criada em 1931 por Octalles Marcondes Ferreira, que seis anos antes fundara a Companhia Editora Nacional, e por Fernando de Azevedo, a quem o editor entregou a direção da coleção. Ela surgiu como parte (série quinta) de uma coleção mais ampla, a Biblioteca Pedagógica Brasileira, e só se tornou oficialmente independente a partir do volume 305, publicado em 1959. Oficialmente, pois na realidade ela deveria ter sido desmembrada muitos anos ou volumes antes.

Foi dirigida por Fernando de Azevedo de 1931 até 1956 (volume 286), passando no ano seguinte (volume 287) a ser dirigida pelo historiador Américo Jacobina Lacombe que, aliás, desde muito antes já vinha dirigindo a Brasileira de Grande Formato.

Atualmente é a Brasileira, ou pelo menos a maior parte dos seus títulos, indispensável a quem dentro do País ou no exterior pretenda estudar o Brasil. Isto porque, como já se escreveu, «História, Geografia, estrutura física e estrutura mental, crenças e tradições, usos e costumes, folclore, língua e literatura, economia, educação, transportes, clima e saúde, organização política, biografia (...) — tudo quanto enfim tem sido e vem sendo a terra e a gente, tem sido, também, e vem sendo objeto de divulgação na Brasileira».

Reuniu a coleção, nesses quarenta e seis anos de existência, não apenas temas, como também autores os mais variados. Desde cronistas ou pesquisadores estrangeiros que estiveram no Brasil no século passado, como Saint-Hilaire e Karl von den Stein, a estrangeiros que podem ser considerados como precursores dos atuais «brasilianistas», como Charles Boxer e Alexander Marchant; desde um cientista social como Roger Bastide, ao ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, desde cientistas ou escritores brasileiros cuja obra e cuja ação têm hoje grande atualidade, como José Honório Rodrigues e Barbosa Lima Sobrinho, a escritores brasileiros cujas idéias, apesar de superadas, tiveram grande influência em certos momentos históricos, e que por isso devem hoje ser estudadas e relacionadas com a realidade social em que surgiram, como Oliveira Vianna e Gustavo Barroso; foram todos publicados na Brasileira. Foi nesta coleção que apareceu, em 1936, a primeira edição de *Sobrados e mucumbis*, de Gilberto Freyre; e ela incluiu ainda livros de outros pernambucanos, como Hermilo Borba Filho e Valdemar Valente. É uma coleção, enfim, que reúne livros de centenas de estudiosos nacionais e estrangeiros, do passado e do presente, atualizados e desatualizados e desparatados, livros todos sobre o Brasil.

Esse conjunto de quase quatrocentos volumes tinha se tornado raro. Poucos são os estudiosos ou mesmo as bibliotecas que tinham a Brasileira completa. Segundo Edson Nery da Fonseca (Índice da coleção Brasileira. *Revista do Livro*, 12 (38): 123-166, jul-set 1969), nem a Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, possuía, no final da década passada, a coleção completa. Nos «sebos», quando existia a Brasileira completa, pedia-se por ela uma fortuna que apenas pesquisador estrangeiro poderia pagar.

Agora a situação está modificada. Com a reedição completa da coleção e venda de cada volume a preço subsidiado pelo Instituto Nacional do Livro os estudiosos brasileiros não poderão adquirir toda a Brasileira, mas poderão comprar pelo menos aqueles livros que lhes interessassem mais, livrando-se de uma peregrinação muitas vezes em vão por bibliotecas públicas ou gabinetes de outros estudiosos. E quem já fez tal peregrinação está sentindo a importância que estou atribuindo à reedição da Brasileira.

NOTAS

1 — No final deste ano o professor Roberto Motta, coordenador do Mestrado em Antropologia Social, desta Universidade, viajará para os Estados Unidos a fim de defender sua tese de Ph.D. Quem assistiu às conferências (uma no Seminário de Tropicologia e outra no Centro de Filosofia e Ciências Humanas) nas quais ele abordou diferentes capítulos da tese, percebeu que a publicação dela será um marco na evolução dos estudos das religiões afro-brasileiras.

2 — Helena Lewin, Jaqueline Pitangui e Carlos Manuel Romani, professores do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realizaram em 1972 uma pesquisa sobre dinâmica da mão de obra brasileira, pesquisa esta financiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que para isso assinou convênio com aquela Universidade. Os resultados dessa pesquisa foram publicados em inglês nos anos de 1973 e 1974, em três volumes. Posteriormente os autores elaboraram uma nova versão do relatório, em português, intitulada *Mão de obra no Brasil — Um inventário crítico*, o qual foi publicado este ano pela Vozes, em convênio com a OIT.

3 — Quase ao mesmo tempo foram publicados dois livros de Francisco de Oliveira. Um pelas Edições do Graal, *A economia da dependência imperfeita*; outro pela Paz e Terra, iniciando a coleção Estudos sobre o Nordeste: *Eslogos para uma revolução — Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. No prefácio deste escreve o autor, renomado economista do CEBRAP e um dos fundadores da SUDENE: «Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão (...). Paixão no sentido de Gramsci; o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação, e por causa dela, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender não é um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão».

Natal

FERNANDO PESSOA

Nasce um Deus. Outros morrem. A Verdade
Nem veio nem se foi: o Erro mudou.
Temos agora uma outra Eternidade
E era sempre melhor o que passou.

Cega, a Ciência a inútil gleba lavra.
Louca, a Fé vive o sonho do seu culto.
Um novo deus é só uma palavra.
Não procures nem creias: tudo é oculto.

Este Menino

ANGELA DELOUCHE

Do mais alto mistério
de amor foi concebido
Este Menino

Pelo sopro do Espírito
Maria o abrigou
por nove meses seguidos
e eis que agora é nascido
Este Menino

Ele é a luz do mundo.
Veio para ficar entre nós,
em cada um de nós.
Somos lâmpadas
onde sua divindade resplandece
e pelo seu amor
nutre e aquece todos os homens.

Natal

VERLAINE

Pobre Jesus eu quero ser,
Para poder Deus contemplar,
Oh que possamos renascer

Puros bebês a se ocultar
Na manjedoura em companhia
Do asno e do boi, humilde par.

Não haja em nós, sabedoria,
O corpo seja lasso e vago,
Lassidão que a infância alumia.

Que quase nada faça estrago
Na nossa carne ainda inocente
Mesmo que seja de um afago.

O olhar tenhamos que não sente
Doridamente o brilho entrar
Da aurora já palidecente,

Do ocaso em crise alto clarão
Não haja em vós vontade alguma
Fora do sono em mornidão.

Puros bebês que a vida em suma
Libra — para um destino vário,
Triste ou feliz? Legião contida,
Ou gente pronta, a que calvário?

A Rosa Mística

MARCUS ACCIOLY

Como uma rosa mística
no ventre do paul
a noite de tão branca
amanheceu azul
e as estrelas da noite
em que veio Jesus
todo o mês de dezembro
eram vistas à luz
ó Cordeiro-Menino
há sangue em Tua lâ
mas Teu sangue é tão branco
como a lâ da manhã

A POESIA
DO
NATAL

O Advento de Cristo sempre
serviu de inspiração para os
poetas. Assim, quase que não há
sequer um poeta que não tenha
se inspirado no assunto. Nesta
nossa edição de dezembro, pu-
blicamos seis poemas que co-
memoram, cada um à sua ma-
neira, o significativo, misterioso
acontecimento.

O Pastor Divino

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Onde, Enigma adorado,
Onde guias perplexo,
Confuso, e pensativo
Da minha idéia o vacilante curso?

Que sombras, que portentos
Encobres a meus olhos,
Ó ignorado arcano,
Que lá dessa distância
Inspiras de teu raio esforço ativo?

Eu vejo, que rompendo
Da noite o manto escuro
Vem cintilando a chama,
Que sobre o mundo todo a luz derrama.

Eu vejo, que do Oriente
A luminosa estrela,
Que os passos encaminha
Quase a buscar a terra se avizinha.

Poema de Natal

JORGE DE LIMA

Ó Meu Jesus, quando você
ficar assim maiorzinho
venha para darmos um passeio
que eu também gosto das crianças.

Iremos ver as feras mansas
que há no jardim zoológico.
E em qualquer dia feriado
iremos, então, por exemplo,
ver Cristo Rei do Corcovado.

E quem passar
vendo o menino
há de dizer: ali vai o filho
de Nossa Senhora da Conceição!

— Aquele menino que vai ali
(diversos homens logo dirão)
sabe mais coisas que todos nós!
— Bom dia, Jesus — dirá uma voz.

E outras vozes cochicharão:
— É o belo menino que está no livro
da minha primeira comunhão!

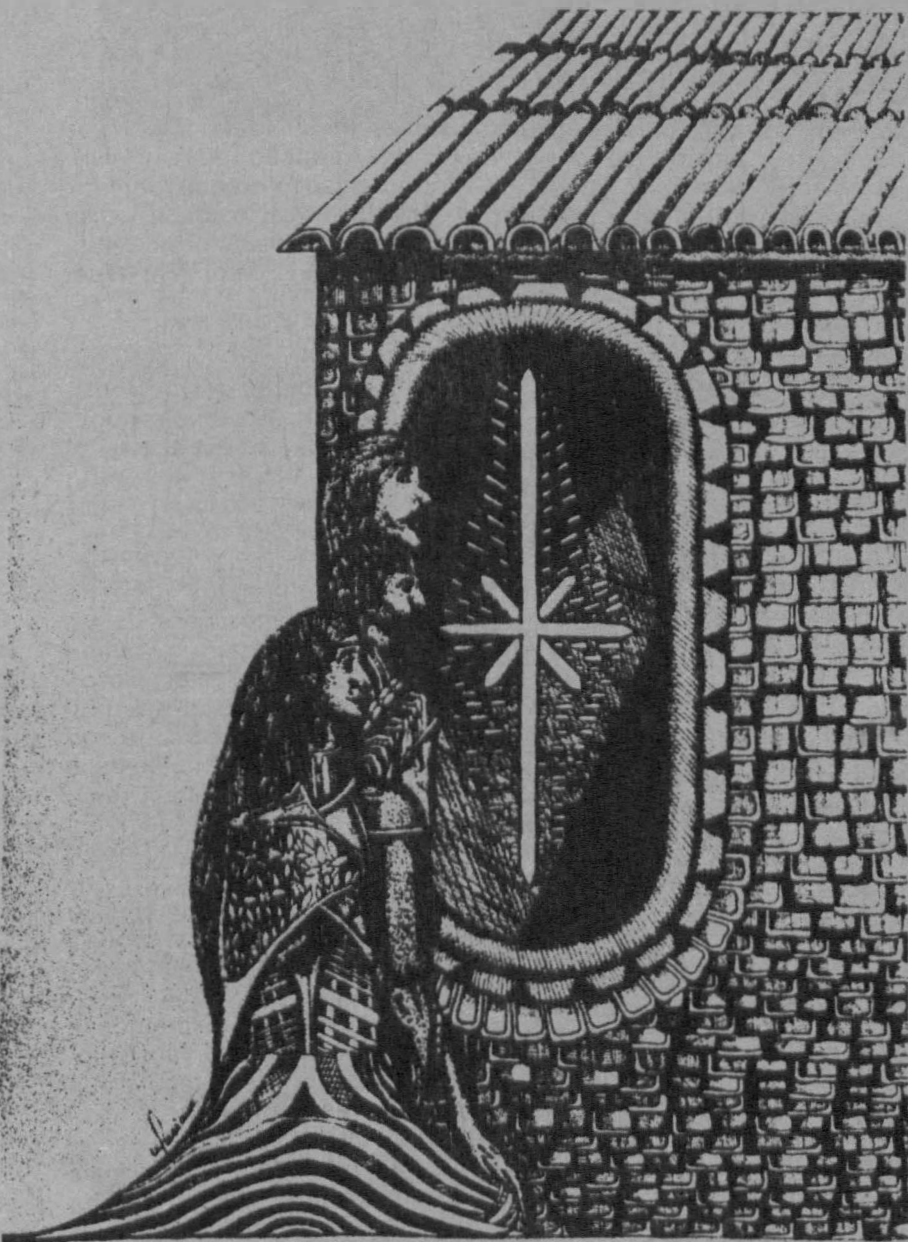
— Como está forte! — Nada mudou!
— Que boa saúde! Que boas cores!
(Dirão adiante outros senhores.)

Mas outra gente de aspecto vário
há de dizer ao ver você:
— É o menino do carpinteiro!

E vendo esses modos de operário
que sai aos domingos para passear,
nos convidarão para irmos juntos
os camaradas visitar.

E quando voltarmos
para casa, à noite,
e forem para o vício os pecadores,
eles sem dúvida me convidarão.

Eu hei de inventar pretextos sutis
para você me deixar sozinho ir.
Menino Jesus, miserere nobis,
segure com força a minha mão.



Ufaiano 77

ARTE X TEMPO

ÂNGELO MONTEIRO

A vida de Moisés representa a vida de todo homem. Do homem que nunca verá a Terra Prometida, mas sempre a deixa para os outros, que também não a verão... Como se nos coubesse apenas a promessa e como, se nela, deveríamos todos nos cingir. E como se a nossa própria vida fosse uma promessa. Que designio se esconderá por trás de tamanha irrealização?

E, entretanto, nenhuma vida deve ser gorada. E este é o outro lado do paradoxo. Ninguém poderá fugir à multiplicação dos seus talentos. E aí de quem, por excessiva modestia, se recusar a multiplicá-los. A vida deve ser cumprida, ainda que isso venha parecer um suicídio. Ainda que tudo termine em massacre. A vida quer dignidade.

Nenhuma promessa se cumpriu, se cumpre ou se cumprirá na Terra. Por isso existem a arte, a religião e a filosofia.

E viva a continuação da Vida. E viva a ilusão de continuar o Sonho. Tudo será apenas ilusão? E por que logo uma ilusão? Ninguém responderá ao porquê de tudo isso. Enisso já está a resposta. E também no próprio fato de tudo isso continuar sem resposta.

Será Deus mais sonhador do que nós?

Como não corresponder ao Sonho Divino?

Nem o otimismo, nem o pessimismo — reações parciais diante do Enigma — entenderão sequer tais interrogações. Mas a Vida se proclama e vive, se interroga e se destrói. E se mantém Vida. Será que Deus, arrependido de nos criar, estará concorrendo conosco? Para nos humilhar? Para nos destruir? Ou para testar sua imagem e sua semelhança?

Ninguém fugirá ao teste divino.

E o outro lado do Amor de Deus? O desejo de nos reconciliar com

Ele? O desejo de que encontremos o Sonho que Ele, desde o princípio, projetou para nós?

Deus quer que nos reconciliemos com o Sonho.

Deus quer que, mesmo na infância, não sejamos infantis.

Deus quer que, em plena maturidade, reconquistemos a infância que ousamos perder.

Devemos ser sempre tentados pelo resultado maior.

Existe uma lógica do Absoluto: penetremo-la.

Matar ou morrer: tudo isso é insignificante desde que se entenda Deus.

Deus está aí. Capturemo-lo ou destronemo-lo: tudo será o mesmo.

O homem que não for capaz de promessa será um homem inferior.

O homem que recusar a promessa será um homem inferior.

O homem que não criar a promessa será um homem inferior.

Deus quer o que nós somos. Porque nos criou.

Nos queremos o que Ele quer. Porque fomos criados.

A medida é do Absoluto. E poucos estão preocupados com isso. O que não impede que todos sucumbam diante de uma medida que não sabem medir.

Ou Deus mede por nós, ou nós medimos por Ele. Deus nos mede: e por isso estamos perdidos.



DESENHOS DE ADELSON OLIVEIRA

As Desilusões de um Encontro Literário

RAIMUNDO CARRERO

Estarrecida, Edla Van Steen assistiu, ano passado, em Frankfurt, Alemanha, à marginalização da literatura brasileira durante uma reunião de escritores internacionais. Naquela ocasião, constata-se o que já era claro desde há muito tempo: a literatura brasileira tinha pouca ou quase nenhuma repercussão no Exterior. Falava-se, de raspão, em nomes como de Jorge Amado, festejado sobretudo pelo seu folclorismo, e de Guimarães Rosa. No entanto, ao lado disso, soavam os «sinos da festa» para escritores colombianos, argentinos, venezuelanos, peruanos, etc. Van Steen voltou para o Brasil com a sensação de que éramos apenas almas perdidas nos «tristes trópicos» de Levy Strauss. Convencia-se, por isso mesmo, de que era preciso atrair a atenção do Exterior para a nossa rica produção literária.

A partir daí, tratou de convencer a Câmara Brasileira do Livro, a Secretaria de Educação e Cultura da Cidade de São Paulo e a Secretaria de Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo para a realização de encontro que possibilitasse essa atracção. Transformando os planos em realidade, aconteceu em São Paulo, de 25 a 30 de setembro, o I Encontro Com a Literatura Brasileira, com a presença de escritores e tradutores nacionais, editores e tradutores estrangeiros. Foram convidados intelectuais de várias regiões do País, mas o Nordeste, como sempre, esteve muito esquecido. Da Bahia foi apenas o poeta Ildázio Tavares; de Pernambuco, Raimundo Carrero, substituindo o escritor Ariano Suassuna que fora convidado anteriormente.

A validade do encontro, porém, é discutível. Em geral, as comunicações não apresentaram boas análises, algumas delas ver-

dadeiras «listas telefônicas», como, aliás, fez questão de ressaltar o escritor Almeida Fischer, de Brasília, na abertura do encontro, na fria manhã do dia 26 de Setembro. Apesar disso, ressalte-se os trabalhos apresentados por Fábio Lucas, Mário Chemie, Leo Gilson Ribeiro e Afonso Romano de Sant'Anna.

Faltou análise, repita-se, às comunicações apresentadas, e de um modo geral, um pouco de estudo comparado entre obras literárias nacionais e estrangeiras, para que os desconhecedores do nosso trabalho pudessem se situar no tempo e no espaço. Um pouco disso tudo não faria mal a ninguém.

Entretanto, segundo a opinião quase unânime dos congressistas, a comunicação que trouxe maior contribuição foi a do escritor Leo Gilson Ribeiro, polémica e, de certa forma, analítica. «A literatura brasileira tem uma semelhança teológica com as discussões sobre Deus: é descrita melhor pelos atributos que não tem. Assim, ela não se distingue pela fantasia deslumbrante da literatura inglesa. Não é de uma pesquisa metafísica e psicológica da conduta e da condição humanas como a literatura russa. Não apela para o racionalismo rigoroso de grande parte da literatura francesa. Então, o que a diferencia das demais? Em parte a literatura brasileira é a Cinderela das literaturas, relegada artificialmente a um plano inferior por irmãs mais poderosas, as divulgadas literaturas latino-americanas.»

Mais adiante, fez uma séria advertência: «Permanece, porém, o desafio mortal para a literatura, não só brasileira e não só atual: a tradução. A literatura brasileira só poderá tornar-se um patrimônio dos povos que não falam o portu-

guês se contar com aliados indispensáveis: tradutores dignos. Guimarães Rosa, o nosso Joyce, é típico dos dois extremos que se pode atingir com a tradução: a péssima ou a sublime. Guimarães Rosa foi tão absurda e levianamente deformado na tradução norte-americana cometida pela criminosa Harriet de Onis que, na Universidade do Texas, o Departamento de Estudos Luso-Brasileiros mantém um seminário atual sobre os erros de tradução de seu livro **Grande Sertão: Veredas**, pervertido pela inescrupulosidade dessa tradutora, que o transformou num vulgar **bang-bang** de um **Far-West** localizado em Mato Grosso, retirando-lhe o esplendor estilístico, a transcendência filosófica, a visão mística, os tesouros dos neologismos e arcaísmos ou seja: roubou-lhe a alma.»

No entanto, ressaltou: «Mas, do lado positivo, Guimarães Rosa teve a fortuna singular de encontrar um tradutor perfeito, que dedicou mais de dez anos a essa tarefa árdua, a de passar para o italiano seus contos enfiados em **Corpo de Baile** e sua narrativa longa **Grande Sertão: Veredas**. Edoardo Bizzarri, ex-adido cultural da Itália em São Paulo, deu este supremo presente a seu país de origem que veio enriquecer com a sua presença, transformando suas traduções de Guimarães Rosa na ampliação dos tesouros de que dispõe a língua italiana».

Isto, aliás, foi o que melhor se disse no encontro. As outras comunicações, com as exceções que já foram apresentadas, não trouxeram muitas novidades. Reservaram-se a apresentar nomes e mais nomes, sobretudo de escritores da moda no Brasil, sem que se tivesse o cuidado de analisar o amplo painel da literatura brasileira, desde Machado de Assis aos dias atuais.

Solitude Sobre o Mundo

ANTÔNIO LEAL CAMPOS

Com tocha ao peito para apanhar a alma, venho
Entre coisas: serpeando as mãos qual najas,
A dor das vagas estrelas de Ursa qualquer
E teus olhos carregados duma tristeza adâmica.
O transparente compasso escorrerá dos umbrais
Pondo frieza à minha noite de São Bartolomeu
Enquanto o cavalo da lua pasta sobejos de Febo.
Tua candura, irmã gêmea de todos os infantes,
Continua sentada no primeiro banco da catedral
Inda a pensar novos anéis para Saturno, e velas.
Da hósta: a ressonância para os instrumentos.
Cantemos irmãos! Raios deixam velozes

Se precipitam sobre os frutos como pernas de rã;
Fende as tapas seu arabesco. Gazua de nivea luz
Suspensa em meio a baças medusas, nuvens de

Na madrugada irrompem clamores das mangueiras,
O Deus-menino da consciência não abate seu

Sabe que embora animais zurrem, os Anjos
Dorme de êxtase! Dorme em visões! No que

Amor de minha necessidade de não estar só no

Antes que as traças roam as pupilas das

E um só grão de sal já não se encontre na

Editora: em ritmo de arte universitária



Considerada um dos maiores complexos gráficos do Recife, a Editora tem um parque gráfico bem aquinhoado, dotado desde as tradicionais linotipos ao sofisticado off-set, com fotocompositoras, fotolito, etc. Embora não tenha atingido o ideal, pois, aqui e ali há deficiência, quer de instrumentos de trabalho, propriamente, quer de pessoal — e este tem sido o calcanhar-de-Aquiles, quase sempre. Além da evasão, devido a melhores condições oferecidas pela empresa privada, há aposentadorias, mortes, e outros motivos de afastamento, o que tem desfalcado amplamente as equipes da Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Lacunas nem sempre preenchíveis no tempo que seria de se esperar, devido à lentidão e empenhamentos próprios do Serviço Público.

Mas, de qualquer forma, vem a Editora Universitária cumprindo o seu papel imprimindo cultura. A par da qualidade do seu trabalho, elogiado pela maioria, tem conseguido mandar para as livrarias um bom número de livros, abrangendo todos os setores de conhecimento: livros técnicos, outros didáticos, de caráter científico, ciências políticas, ciências jurídicas, sociais, além da literatura. Dá vez a autores que, direta ou indiretamente, são vinculados à Universidade Federal de Pernambuco (Professores, Pesquisadores, Estudantes e Funcionários), ao mesmo tempo que abre suas portas para outras instituições e pessoas, desde que haja disponibilidade.

Para surpresa de alguns, segundo revela o Professor Merval Jurema, que vem dirigindo a EU há mais de cinco anos, embora encontre boa receptividade no Nordeste, o melhor mercado para a produção daquela Editora é São Paulo. A divulgação dos trabalhos publicados sob a responsabilidade da UFPE é feita, parte pela Biblioteca Central, que remete exemplares de cada publicação a todas as Universidades brasileiras e a grande número de instituições de outros países com as quais mantém intercâmbio, parte pela própria Editora.

PREFERÊNCIA

Lamenta, entretanto, o Prof. Merval, que o número ainda é pequeno de Professores que se servem da Editora para divulgação dos seus trabalhos, sejam de natureza técnico-científica ou mesmo literária.

Recentemente — revela — entramos em contato com vários Professores com vistas ao plano



de atividades da Editora para o próximo ano. Esperamos lançar novos trabalhos especializados nos setores de saúde, tecnologia e ciências. Alguns dos quais, para uso dos estudantes, a exemplo do que já fazemos regularmente com as aulas de Estudos de Problemas Brasileiros».

Nos últimos dois anos, tem aumentado o número de publicações pela EU no campo da literatura. Alguns dos seus lançamentos, como é o caso de *China Gorda*, de Andrade Lima — têm sido esgotados poucos dias após publicação. Entre os últimos lançamentos, figura o livro do Professor Nilo Pereira — *A Faculdade de Direito do Recife — ensaio biográfico* —, com cotação em todo o País. Isto para citar apenas dois, pois se fossemos enumerar, haveria muitos outros de autores consagrados nas suas respectivas áreas de atividades, como Maria do Carmo Tavares de Miranda, (Filosofia), Nelson Saldanha (Direito), Pinto Ferreira (Direito e Ciências Sociais), etc.

NOVOS LANÇAMENTOS

Merval Jurema relaciona importantes obras que se encontram no prelo, algumas das quais sairão ainda este ano, enquanto outras estão programadas para início de 1978: *Os Tempos de Estado Coimbra* (Costa Porto); *Medicina, Pernambuco e Tempo* (Velooso Costa); *O Filosofar em Luis Delgado* (José Rafael de Menezes); *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848* (Mário Márcio de Almeida); *Os Clássicos da Ciência Econômica; Metropolitização e Subdesenvolvimento* (Mário Lacerda de Melo); *Temas de Filosofia Existencial* (Fernando Barros Leal); *Do Tiamia ao Vale do Pó* (General Breno Cunha); *Anais do Seminário de Tropologia* (1971-1972).

Entre uma informação e outra, volta o Prof. Merval ao problema

Trabalho anônimo, e nem sempre reconhecido, embora com significativa contribuição ao desenvolvimento da sociedade, porque da cultura, em particular, é feito por homens simples, diuturnamente: eles lidam com chumbo, ferro, eletricidade, tipos gráficos e máquinas, dando forma e beleza a livros, jornais e outras publicações e periódicos.

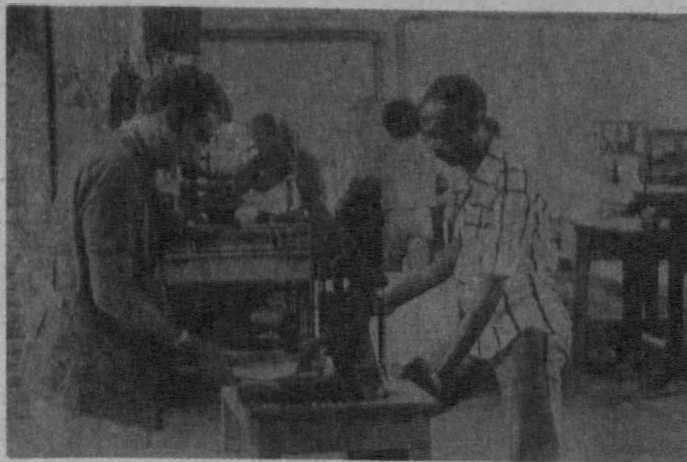
Geralmente não lembramos da participação do trabalhador da indústria gráfica, quando abrimos um livro, um jornal, como se nessa ou naquela obra, trabalho, publicação, enfim, não houvesse, por trás de cores e tipos, a participação e o empenho (e arte, também) do homem da oficina-gráfica, calejado, sofrido, sonolento. Presença sem a qual a comunicação impressa não teria alcançado o estágio atual.



de pessoal. Salienta que até o momento, de nada valeram as relações encaminhadas para o DASP, demonstrando deficiências (em termos quantitativos) e a consequente necessidade de se abrir concurso, com urgência, para preencher ao menos os claros existentes: há um déficit de nada menos de 23 servidores, resultantes, como já se disse acima, de aposentadorias, rescisões de contratos e falecimentos. Inegavelmente, tem sido este um dos maiores problemas do Serviço Público. O preenchimento dos claros nem sempre é feito na hora certa, em detrimento do próprio serviço. Mormente para determinados setores, como é o caso de uma Editora, de um jornal, cujo trabalho, uma vez atrasado, passa a ser alvo de críticas às vezes, maliciosas, porque quem estar de fora obviamente desconhece o que se passa no âmbito da organização, seja estatal ou de iniciativa privada. E a Editora Universitária não é exceção. Também tem sido alvo de críticas, nem sempre justas.

DEPARTAMENTOS

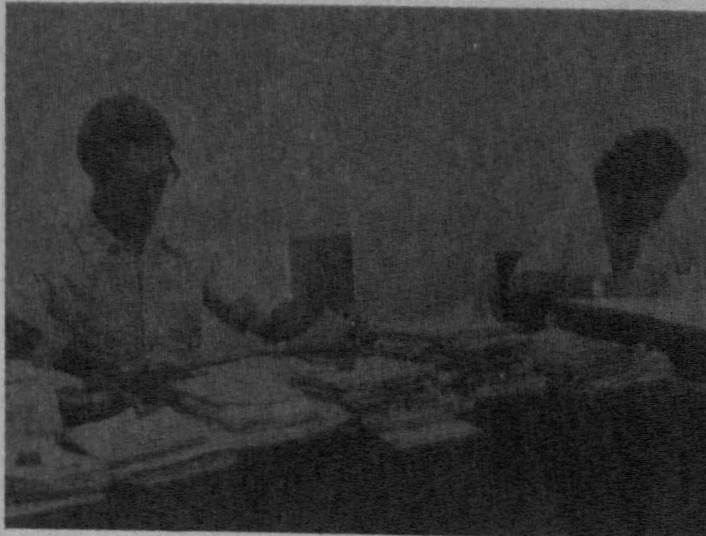
Compõe-se a Editora da UFPE de vários departamentos, todos eles funcionando de forma sintonizada. É uma engrenagem em que todas as peças funcionam a um só

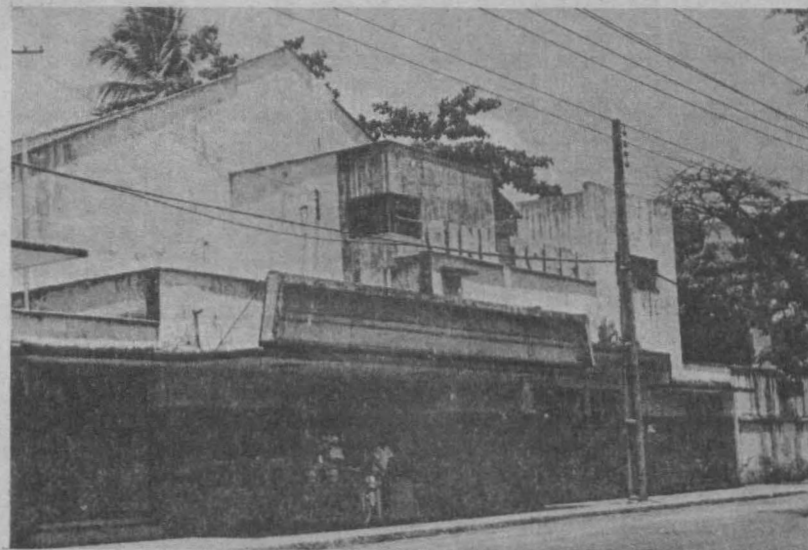
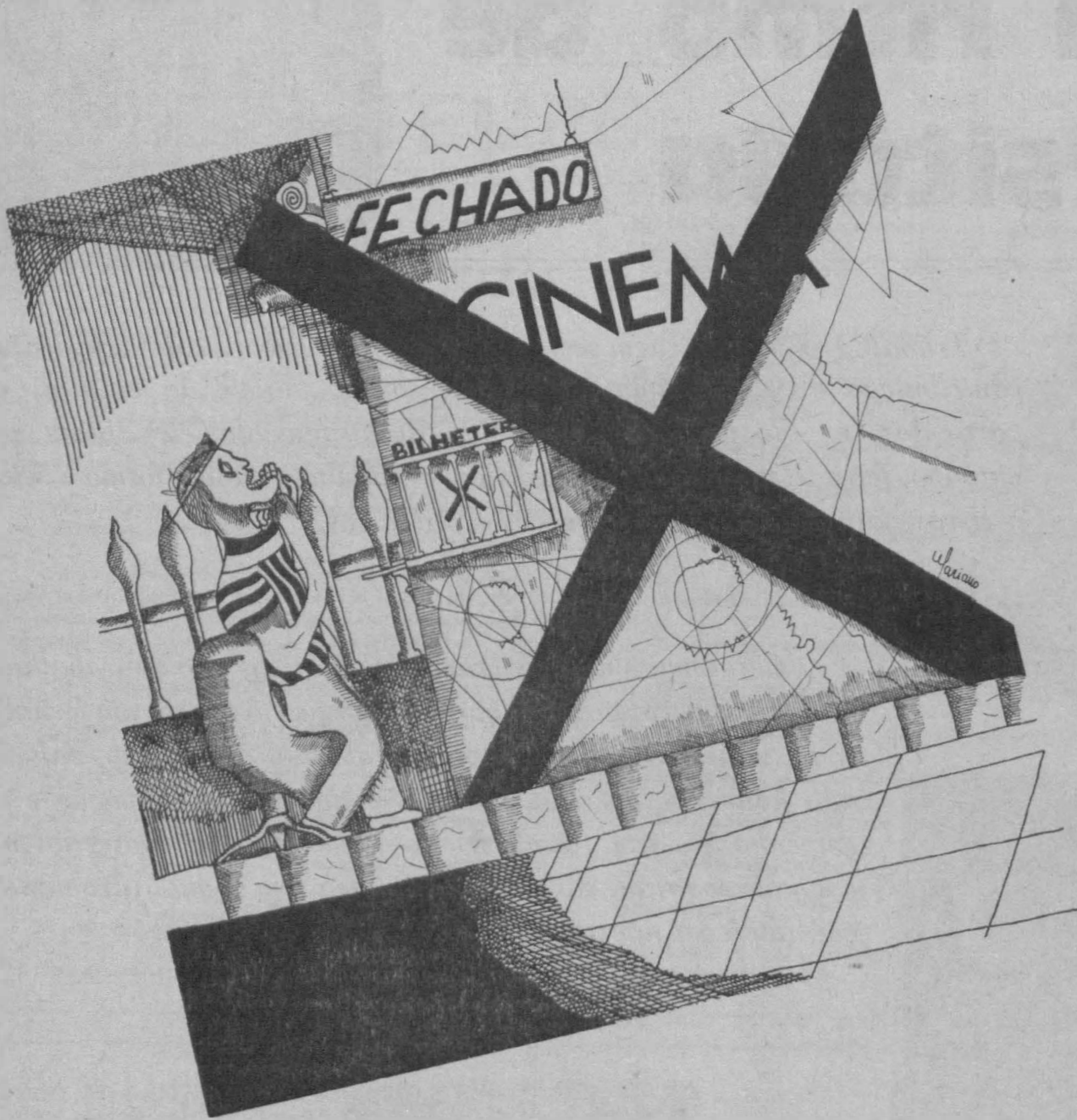


ritmo, num plano interdependente, isto é, cada setor não é mais nem menos importante do que outro; todos são igualmente necessários e importantes, locupletando-se na feitura de cada publicação. Desde a direção, à revisão e oficinas. São partes de um todo. Funcionam Seção Administrativa (Leoncio Aguiar); Editoração (Moacir Dantas); Oficinas (Edson Miranda Vilela); Fotolito (Milton Timoshenko).

E plano da direção, com o apoio do Reitor Paulo Maciel e do Pró-Reitor Administrativo, Dr. Rubens de Souza, adquirir novas máquinas e equipamentos em 1978, tendo em vista a necessidade de expansão daquele parque gráfico universitário.

Não é outro o ritmo do dia-a-dia da Editora Universitária, da UFPE. Quem passa pela Cidade Universitária, nas proximidades da Escola de Engenharia (raio sul), no interior de um prédio de arquitetura horizontal (de acordo, é bom que se diga, com o recomendável em matéria de edificações em cidades universitárias) pode ver dezenas de homens preparando novas publicações — *Jornal Universitário*, *Revista Estudos Universitários*, livros e mais livros de Professores e Pesquisadores, da UFPE e de outras instituições, além dos trabalhos destinados ao acompanhamento da rotina da administração da Universidade.





A Extinção dos Cinemas-Poeira Reduzindo as Opções de Lazer

ROBERTO PRADO BORGES

Domingo à tarde. A fila se estende até aos jardins do cinema. Pipoqueiros, sorveteiros, gente de tantas idéias envolvidas num deslumbramento pelos heróis que daqui há instantes irão emocionar a todos. Namorados de mãos dadas, dois colegas que procuram desvendar o segredo dos cartazes do comercial do filme, um avô e seus netos cheios de confeitos; um menino de 10 anos bolando um modo de assistir ao filme de 14; um guarda com o seu uniforme bem engomado, tentando aparentar uma cara de mau, para esconder toda a sua vontade de correr pelo quintal do cinema, como os meninos que, ele bem sabe, estão planejando brincadeiras para quando começar a sessão. Lá dentro, é grande a expectativa, famílias se encontram, compadres e comadres discutem a preferência dos seus filhos quanto aos filmes, enquanto os meninos pregam chicletes nas cadeiras de madeira para os menos avisados sentarem. Tudo isso era uma matinê num cinema de subúrbio.

Mas tudo isso passou, como tudo tem de passar. Ficou na memória dos fãs das matinês de domingo, regadas a sorvetes e pipocas. Alguns cinemas de subúrbio ainda sobrevivem, mas o número é muito reduzido. O JU despertou para o problema da extinção dos cinemas de subúrbio, e procurou ouvir entusiastas, críticos, espectadores, exibidores, programadores de cinema, no intuito de saber as causas mais significativas que implicaram no fechamento desses cinemas. O Cine Glória, por exemplo, continua a manter a tradição dos cinemas de subúrbio, e chega a ser considerado (pela crítica especializada) como o cinema que tem o maior índice de frequência, no Recife, mais que os cinemas do centro. O Cinema-Poeira, como são conhecidos pelos estudiosos da matéria os cinemas localizados nos arrabaldes, ainda interessam a muita gente, ligada ao nosso movimento cinematográfico, e dos 37 prédios que abrigavam essas casas de diversões, restaram apenas nove, que ainda funcionam, como mostra a lista que conseguimos obter com a participação de porteiros, serventes, bilheteiros e admiradores do cinema.

PRINCIPAIS CAUSAS

Os que ainda estão funcionando: Albatroz (Casa Amarela), Boa Vista, Brasil (Cordeiro), Duarte Coelho, Coliseu (Casa Amarela), Eldorado (Afogados), Império (Água Fria) e o Glória (São José). O Atlântico (Pina) está em reformas, mas ainda pertence à Empresa Severiano Ribeiro, que é a única que mantém ainda cinemas nos arrabaldes, sendo que o Glória é particular. Os já extintos: Torre, Ideal I, Encruzilhada, Recife (Arruda), Ideal II (Pátio de São Pedro), Central (Afogados), Cordeiro, Capricho, Patê (Largo da Paz), Luan (Casa Forte), Olinda Feitosa, Royal, Vera Cruz (Campo Grande), Real da Torre, São Jorge (Estrada dos Remédios), Olinda Carmo, Eden (Campo Grande), Beberibe, Espinheirense, Rivoli (Casa Amarela), Guararapes (Areias), Politeama, Helvecia (Imperatriz Itatiaia (Barro), Tejipió, Casa Amarela, Guarani (Alto José do Pinho) e Olimpia (Arruda).

As causas são diversas. Na opinião do crítico de cinema do Diário de Pernambuco, Fernando Spencer, «são vários os motivos que implicaram na extinção dos cinemas de subúrbio: a televisão, maiores atrações no centro da cidade proporcionam o deslocamento do pessoal de subúrbio aos cinemas do centro; a programação dos cinemas dos arrabaldes não é atual, exibem filmes já apresentados nos cinemas do centro; os cinemas de bairro não oferecem o conforto que os cinemas do centro oferecem, não têm ar condicionado, as cadeiras são de madeira, etc; enfim, esses cinemas são conhecidos como cinema-poeira, quer dizer, não sofreram nenhuma modificação, não evoluíram em nada».

Segundo o cineasta, os cinemas do sul do país, mesmo aqueles localizados nos arrabaldes, denotam conforto e segurança, além de uma programação bem atualizada: «É o caso dos cinemas dos bairros de Botafogo, Flamengo, Leblon, todos esses, em questão de programação,

são de alto nível, à altura das exigências do público», explica Spencer. «Dentre os cinemas de subúrbios do Recife, o Albatroz e o Eldorado são os que conseguem oferecer condições de conforto, ainda que um pouco precárias aos frequentadores de cinema», enfatizou Fernando Spencer, adiantando ainda que acha «extremamente válida a idéia da Severiano Ribeiro em oferecer programas duplos, ou seja, dois filmes ao preço de um, nos cinemas de subúrbio, talvez assim o pessoal volte a prestigiar esses cinemas».

O crítico é um entusiasta do cinema, pesquisador, detentor de vários prêmios adquiridos com a bitola Super 8 e confessa a sua preocupação quanto à extinção dos cinemas de arrabalde, «porque era neles que a turma do bairro se reunia, havia os namoros, as conversas sobre as aventuras dos heróis da tela... Também estão esquecendo as crianças. O público infantil é muito importante, ele é que vai encher os cinemas do futuro. Mas, se o menino chega ao cinema e não encontra mais os filmes livres, ou mesmo as matinês famosas com os ídolos da garotada, ele termina trocando o cinema pela televisão e outros divertimentos».

O mesmo interesse em que os cinemas de subúrbio melhorem suas condições de conforto e segurança, sejam mais atualizados em suas programações, é despertado pelo responsável pela programação dos filmes da Empresa Severiano Ribeiro, José Mário da Silva: «Só assim eles poderiam voltar. A causa principal do fechamento desses cinemas não é a falta de verbas mas a falta de público. No cinema Brasil, por exemplo, no bairro do Cordeiro, não temos assim, aproximadamente, três mil pessoas aptas a assistir às sessões desse cinema. Por que? Alegam que a bagunça é insuportável».

Reconhece o programador que a concorrência com os cinemas pertencentes à grande Rede Severiano Ribeiro, fez com que muitos cinemas de subúrbio deixassem de funcionar. Os que ainda continuam fazem parte da grande Rede, como explica José Mário: «Atualmente, para reabrir um desses cinemas é preciso muito dinheiro, a conservação de uma casa de espetáculos dessas é muito cara. Quer dizer, uma empresa pequena, particular, não tem condições. No nosso caso, a coisa já muda de figura, nós podemos ter prejuízos em um ou dois cinemas de subúrbio, pois compensamos a deficiência com os outros cinemas do centro».

Por outro lado, para o viajante da Empresa Cinematográfica Art Filmes sr. Viegas, «a TV contribuiu para o fechamento dos cinemas de bairro, mas a causa principal, é que esses cinemas não evoluíram, e o público quer conforto. A função do viajante é visitar os cinemas do interior, para discutir o preço e a programação dos filmes que a Empresa oferece. No entanto, os cinemas do interior, segundo o sr. Viegas, estão sempre cheios. «Sim, minhas andanças por aí, São José do Egito, Tabira, Triunfo, têm comprovado que ainda é negócio investir filmes nesses cinemas». Seria, então, por esses cinemas apresentarem conforto, que eles sobrevivem até hoje? «Não. As condições de higiene são as piores possíveis. Eles não oferecem nenhum conforto. Alguns faltam até banheiros. Porém, ele ainda é a única opção de diversão. A televisão ainda não é páreo para o cinema em algumas cidades do interior. Nem todos os programas que são exibidos aqui na cidade chegam por lá, nem todos os filmes. Aqui no Recife, temos duas grandes redes de televisão que oferecem filmes atuais no conforto do seu lar».

O LAZER DO SUBURBANO

Ha um certo olhar de saudade na expressão de José Ronaldo Gomes, gerente-geral da Empresa Severiano Ribeiro, com «25 anos dedicados ao cinema», quando o assunto é a extinção dos cinemas de subúrbio. Esforçado em trazer à memória nomes de cinemas de bairro para ilustrar

a nossa pesquisa, Ronaldo volta à infância na recordação «das sessões divertidas dos cineminhos de subúrbio. Eu peguei cinema de um tostão. Dava pra comprar caldo de cana e, também, chiclete, pra pregar na cabeça dos colegas. Desde menino sempre gostei de cinema, ia à todos eles». Seu grande interesse pelo cinema lhe permite opinar sobre a causa principal desse desaparecimento dos cinemas dos arrabaldes: «A valorização do imóvel; a não atualização dos componentes do cinema, para um conforto mais adequado ao espectador. Tornando-se o imóvel mais rentável em outra atividade». Enfatizou também que não há nenhum interesse da maior rede de cinemas do país, em instalar novas casas de espetáculos nos bairros: «Como cinema pode funcionar, mas como investimento e rentabilidade não», concluiu.

Outra empresa cinematográfica que disputa a preferência do público é a Art Filmes, que possui quatro cinemas no Recife: Ritz, Astor, Trianon e Art Palácio. Segundo Manoel Batista de Santana, gerente-geral da Art Filmes, incentivador do cinema durante os seus «apenas» 35 anos dedicados à sétima arte», a causa principal «é a qualidade do material. A maioria dos cinemas de subúrbio não tinham as mínimas condições de conforto e higiene. Outros já fecharam por inconveniência comercial dos seus proprietários que os venderam para ramos diferentes e mais lucrativos. Por exemplo, o Central transformou-se numa agência de banco. O Beberibe, num supermercado. Em cima do Espinheirense construíram um edifício. Agora, ocorre ainda que, com o evento da televisão, os cinemas de bairro sofreram consideravelmente. A programação das TVs, que nos horários principais apresentam novelas, a principal tônica do pessoal dos arrabaldes, incomoda os proprietários desses cinemas».

Ele não acredita que, devido ao reduzido poder aquisitivo do pessoal que habita as regiões de subúrbio, algum empresário vá querer instalar um cinema num dos bairros do Recife, ou seja, já que um cinema próximo à residência do espectador, possibilita a economia de passagens de ônibus, transporte, etc. «Como o poder aquisitivo desse pessoal, em sua maioria, é pequeno, esses indivíduos vão pouco ao cinema. Eles aproveitam os dias de domingo e feriados, e se dão o luxo de se deslocarem até a cidade, com suas namoradas, seus filhos, seus amigos, prontos para desfrutarem das opções de lazer que o centro oferece.»

A verdade é que os suburbanos, aos poucos, foram perdendo uma opção de lazer: o cinema acessível às suas condições financeiras, interessado em despertar novos rumos para o lazer nas áreas dos arrabaldes, prejudicadas também com o fechamento de alguns cinemas, o prof. Raimundo Dall'Agnol, da área de Comunicação Social da Unicap, que recentemente defendeu uma tese sobre o Lazer nas pequenas e grandes cidades, prepara «um plano de pesquisa sobre Lazer em Populares Infanto-Juvenis remanescentes e que se enquadram um pouco no aspecto do folclore, com o objetivo de verificar a existência desses lazeres onde a televisão tem pouca atuação, e comparar com os lazeres das áreas em que a televisão já domina.»

O comunicador explica que «o lazer que ainda exige menos despesa para o pessoal de subúrbio é a praia. O indivíduo só gasta mesmo com a passagem de ônibus, o bronzeador e a roupa de banho». Adiantou também «que já existe um Plano Nacional nos Centros Urbanos, que visa oferecer condições de divertimentos às comunidades desses locais. Mas o que eu acho necessário é que esses esquemas sejam montados através de uma infra-estrutura muito bem estudada. Falta nesses planos, um animador que, necessariamente, deveria sair da comunidade, para estimular os jogos, as brincadeiras, e que não ficasse apenas em, parlandas (bate-papo, brincadeiras de roda, etc), mas incentivasse também as atividades de grupo, como teatro, etc».

A EXTINÇÃO DOS CINEMAS — POEIRA REDUZINDO AS OPCÕES DE LAZER

Continuação da página 8

A INFLUÊNCIA DA TV E DO AUTOMÓVEL

Mas o crítico de cinema do Jornal do Comércio e também diretor cultural do Grupo 8 (super 8), Celso Marconi, não concorda que a dificuldade da instalação de cinemas nos arrabaldes, tenha implicado na redução das opções de lazer do suburbano: «o cara junta o dinheirinho com sacrifício, mas junta. As pessoas conseguem organizaras coisas para que o fim de semana saia perfeito. O cara prefere vir aos cinemas do centro por várias razões: conforto, filmes atuais, e outras vantagens. Não tem como você manter o cineminha de bairro, não. Há uma modificação constante no comportamento das pessoas. Essas modificações vêm de tal forma que são mais fortes do que aquele comodismo de antes. Agora, alguém reage e sente falta é porque há sempre uma reação às coisas novas».

Marconi ressalta que não sente falta dos cinemas de subúrbio: «Minha vida atual é melhor que a minha infância. Nesse aspecto não sinto falta desses cinemas. Como crítico, hoje, tenho mais opções que antes. Acredito que, mesmo o pessoal dos bairros não sinta essa falta também. O carro, hoje, proporciona um fim de semana agradável na praia, no centro da cidade, num clube do subúrbio cheio de atrações. Mas, deixo claro que o cinema continua a deslumbrar ainda o pessoal. Tanto é que o cara lá do subúrbio, bota a sua melhor roupa, convida a namorada, economiza um dinheirinho durante a semana e vem para o centro da cidade curtir o seu fim de semana».

Indagado sobre a possibilidade de os cinemas de subúrbio terem fechado pelas precárias condições de higiene que ofereciam ao público, Celso Marconi faz questão de lembrar o trabalho do gerente-geral da Severiano Ribeiro, ou seja, o regime rígido que essa empresa adota para os seus funcionários: «O Ronaldo prima muito pela segurança e manutenção das casas de espetáculos, os cinemas de subúrbio dessa rede são bem conservados mesmo. No entanto, alguns desses cinemas fecharam. Quer dizer, os motivos são outros. O cinema acaba por uma questão econômica».

Representando a nova geração de um cinema que começa a dar os seus primeiros passos, o superoitista, Félix Filho, 21 anos, que atua com a bitola super-8 há dois anos, com um filme premiado «Máscaras» e participante do Grupo-8, «que visa promover cinema de Super 8 em Pernambuco», também dá a sua opinião sobre o fechamento da maioria dos cinemas de subúrbio: «Eu creio que o fator primordial que mais contribuiu foi o surgimento de uma grande diversificação de entretenimentos. Hoje em dia, temos a televisão que passa o filme de bang-bang na casa do sujeito, com todo o conforto e segurança que os cinemas de subúrbio já não tinham condições de oferecer; além disso, temos o automóvel, facilitando a vinda do público para o centro da cidade. Antigamente, eram poucas as opções: ou você ficava em casa escutando rádio, ou mesmo, batendo papo, ou então ia para o cinema. E o cinema naquela época tinha aquele encanto. Hoje em dia ele é uma opção apenas».

O superoitista insiste em defender os filmes nacionais das acusações dos exibidores, que apontam essas produções como responsáveis pelo esvaziamento dos cinemas dos arrabaldes: «Pelo contrário, o cinema nacional leva o público de subúrbio ao cinema. Os filmes estrangeiros vêm em letreiros, o pessoal dos bairros, em sua maioria, é semi-analfabeto, não consegue ler aquelas letrinhas. Outra coisa: como é que os filmes nacionais podem provocar alguma culpa se eles só têm 112 dias do ano para serem exibidos, enquanto os estrangeiros preenchem os outros dias?»

O CINE GLÓRIA

Fica localizado nas proximidades do Mercado São José. Sua fachada lembra cenas e personagens da vida de uma cidadezinha do interior. Os tipos característicos circulam pelos corredores do cinema, sob os olhares sonolentos de uma bilheteira já acostumada com o público fiel ao cinema («as caras são sempre as mesmas») e de um porteiro já conformado em resolver os casos cotidianos, «como o de um cidadão que às vezes chega «meio alto» e coisa, mas a gente nem liga para o que ele está dizendo, e tudo volta ao normal. O pessoal que assiste aos filmes daqui é tudo gente boa». Mas, por trás disso tudo há uma matema organização, uma mulher se propõe a continuar um trabalho iniciado pelos seus pais há 52 anos atrás. D. Maria José Ferreira Leite, ocupa todas as funções de coordenação para a manutenção do Cine Glória, faz de tudo, desde a programação dos filmes a um atendimento cortês a quem prestigia a sua casa de espetáculos.

É proprietária do Cine Glória desde quando seus pais vieram a falecer. «Depois que o meu pai morreu, minha mãe ficou cuidando do cinema. Então, no dia em que D. Aureliana não pode mais cuidar, também herdei o Glória, e cuido dele até hoje». Simpática nos gestos que deixa escapar quando o assunto é o seu cinema, ela explica porque o Cine Glória, o único cinema de subúrbio que não pertence a nenhuma das duas grandes redes cinematográficas daqui, continua ainda exibindo os seus filmes, e, com grande frequência de público, «ainda está funcionando, graças a sua tradição de 50 anos. E também pelos hábitos». Tenho hábito aqui, de 50 anos, gente de meia idade, gente



que desde pequeno frequenta este cinema. São esses que me prestigiam. O público jovem nem tanto».

Preocupada em provar a fidelidade do seu público, D. Maria José corre os olhos pelos corredores do cinema e encontra um dos habitués que contribui para a existência do Glória. É o sr. João Pedro, 53 anos: «Venho assistir aos filmes do Cine Glória, porque trabalho vendendo frutas no Mercado São José, então, no hora do almoço, eu aproveito e venho descansar aqui no cinema». Os motivos que levam os espectadores às sessões desses cinemas são inúmeros, e a proprietária do Glória faz questão de frisar que «aqui não tem a sofisticação que os cinemas do centro têm. Depois, o pessoal que frequenta nosso cinema, não tem roupas elegantes para se colocarem em pé de igualdade com o pessoal dos cinemas do centro da cidade, entende? Aqui eles se sentem bem. Pode entrar até de sandálias».

E o sr. Pedro acrescenta mais uma razão, enquanto descansa o corpo numa das cadeiras de madeira do Glória, escondido por detrás de um característico par de óculos escuros, que deixa transparecer os lugares daquela sala, que ele conheceu ainda menino: «São tantos amigos que, engraçado, agora, não consigo lembrar o nome de nenhum. Guardo bem as fisionomias. Desde menino que eu venho aqui. Assistiamos a filmes, como Tarzã, o bang-gang italiano, os filmes de Império de Roma, as comédias do Gordo e o Magro, os Irmãos Marx, a Paixão de Cristo, etc. Venho aqui recordar também. Já peguei o costume». Talvez seja esse o motivo principal da acolhida do público a essa casa de diversões que não tem ar condicionado (exaustores, ventiladores), nem cadeiras estofadas, como os outros cinemas. «Mas as cadeiras são novas, são de embuia, comprei há cinco anos à Severiano Ribeiro, todas bem conservadas», acentua D. Maria.

Segundo ela, «a televisão não foi a causa principal da extinção dos cinemas de subúrbio, não. Na minha opinião, alguns cinemas fecharam, porque a maioria do público que enche esses cinemas é formada por crianças, e quase que não há mais filmes de censura livre. Os cinemas só apresentam filmes impróprios. Hoje, por exemplo, estamos exibindo Kung Fu e a arma de minha lei, impróprio até 18 anos, e Tarzã, que é livre, mas prevalece o filme impróprio. As crianças querem entrar, mas eu não posso fazer nada. A TV não tem nada com isso. Pelo menos o público aqui da gente, continua fiel».

O Cine Glória, considerado o mais antigo cinema do Recife, ainda em funcionamento («porque nunca sofreu uma reforma»), oferece três programas diferentes durante a semana, de dois em dois dias são exibidos dois filmes ao preço de Cr\$ 10,00 e 5,00. «Os filmes são obtidos pela chamada terceira linha. A primeira linha acolhe o lançamento dos filmes que são projetados nos cinemas do centro, Veneza, Astor, etc. Depois, esses filmes são exibidos nos bairros, daí então, chamamos de segunda linha. Após esse processo de exibição, eles vêm parar aqui. Recebo filmes das duas empresas, Art Filmes e Severiano Ribeiro», esclareceu a programadora do Glória.

Mesmo oferecendo filmes não tanto atuais, o Cine Glória continua enchendo suas sessões e empregando três operadores cinematográficos («todos com carteira da Polícia Federal»), uma bilheteira, um porteiro, dois serventes, um contador, «além de funcionários para regular a situação da casa segundo as Leis Trabalhistas», acrescenta D. Maria, que assegura: «A frequência aqui é boa, só diminui quando exibimos filmes nacionais. Olhe, esses não agradam. É a má qualidade dessas produções que prejudica algumas sessões». Os corredores continuam cheios de camelôs, vendedores de frutas, operários, viajantes que esperam seus ônibus nas proximidades da rodoviária, gente que quer conversar e rever amigos, D. Maria José diz que vai fazer as unhas, «amanhã vou assistir a um programa lá no auditório do canal 2», as luzes da sala de projeção se acendem: é o circo de novo, na mágica das manifestações populares que insistem em vencer os sinais dos tempos.

V FENACA: a hora e a vez de Sergipe

Quantitativamente, pelo menos, o filme brasileiro de curta metragem vai bem. A julgar, evidentemente, pela vasta constelação de películas de 8mm que vem inundando os vários festivais realizados, nos últimos anos, em diversas cidades do país. Qualitativamente, porém, esses trabalhos dependem muito da inteligência, informação e cultura de cada realizador. Ora, levando-se em conta o fato de o brasileiro ler pouco (e o não-cultivo da leitura significa, obviamente, subdesenvolvimento cultural), ninguém pretende que, a curto prazo, venham à luz obras de espetacular envergadura. Mas os próprios cineastas amadores têm consciência, uns mais do que outros, é claro, do importante papel que poderão representar, num futuro próximo, dentro do panorama geral do cinema de sua pátria.

Trata-se, por enquanto, de pura esperança, mas esta esperança é reforçada por dois aspectos fundamentais. Primeiro: alguns dos melhores profissionais do cinema brasileiro (Joaquim Pedro de Andrade e Glauber Rocha, por exemplo) saírem justamente do curta metragem. Segundo: salutares indícios de criatividade, visíveis em alguns filmes de 8mm (ou Super 8, como geralmente é conhecida a bitola), tranquilizam a todos aqueles que vêem no cinema uma superior forma de comportamento artístico.

Marcha Incontível

Pela quinta vez consecutiva, Sergipe realiza o seu Festival Nacional de Cinema Amador (FENACA). Uma proeza, sem dúvida, tendo em vista as dificuldades enormes colocadas diante dos seus patrocinadores. Mas nem sequer as diminutas verbas postas à sua disposição (talvez a maior dessas dificuldades), tem impedido a marcha do festival sergipano. E, ao fim e ao cabo, todos saem ganhando, como explicou, na noite da entrega dos prêmios, um dos membros da comissão julgadora. O que é uma verdade, pois não apenas ganham os jovens cineastas (que somente assim podem mostrar os seus filmes) como também o próprio cinema amador brasileiro (numa época em que as companhias comerciais querem, a todo custo, dominar cada vez mais o mercado exibidor do país).

O V FENACA, realizado entre os dias 27 e 30 de outubro, teve 65 filmes inscritos, dos quais 33 foram selecionados para exibição. Paralelamente houve, como sempre, uma retrospectiva do moderno cinema brasileiro (desta vez, filmes de Glauber Rocha, Júlio Bressane, Nelson Pereira dos Santos e Carlos Diegues) e, pela primeira vez, um documentário que mostrou cenas de algumas importantes películas nacionais realizadas entre os anos 30-60. O crítico Ademar Carvalhaes, Professor da Fundação Alvaros Penteado (São Paulo), deu um curso de iniciação ao cinema. Um outro crítico, o franco-brasileiro Jean Claude Bernadet, pronunciou três conferências sobre cinema brasileiro, expondo (para uma pequena mas interessada plateia) seus polémicos pontos de vista sobre os filmes mostrados na retrospectiva. E dois encontros: um, coordenado pela carioca Marivalva Monteiro, Professora do Cineduc do Rio de Janeiro, que tratou do ensino de cinema nas escolas de 1º e 2º graus; o outro, mantido num tom ardoroso, reuniu realizadores e dirigentes de cineclubes nordestinos.

O difícil consenso

No longo e (em alguns momentos) explosivo encontro entre cineastas amadores e cineclubistas, assistido pela atenta e incansável Albertina Brasil, presidente do FENACA, os pernambucanos registraram um protesto contra as «irresponsabilidades» da Kodak, multinacional que, no seu setor, monopoliza o mercado brasileiro, e que estaria prejudicando os superoitistas que enviam seus filmes para revelação. Cuidou-se, ainda, de um delicado problema: o da limitação do número de filmes concorrentes. Ora, argumentou-se, já que existe uma crise na produção cinematográfica brasileira, não teria sentido a limitação da quantidade de películas a serem inscritas e exibidas. Alguém sugeriu que fosse feita uma mostra paralela, no caso, uma apresentação de filmes não-concorrentes. Mesmo assim, não foi possível o consenso, pois a mostra paralela, retrucou a maioria, seria uma forma de pré-selecionar os trabalhos. Ou, mais exatamente, uma maneira sutil de levar a cabo a marginalização deste ou daquele filme.

Que tal se filmes exibidos e mesmo premiados em outros festivais fossem, pelo menos, mostrados no FENACA? Pois, se um determinado trabalho é representativo para quem o fez, por que não mostrá-lo aos colegas e aficcionados do cinema? Outra controvérsia, mas esta logo solucionada por Albertina Brasil. Ela alegou, com justa razão, que as coisas não eram tão fáceis assim. «Tudo aqui é feito com dinheiro, e o dinheiro é tão pouco que vocês não imaginam. Garanto que se alguém aí fosse convidado para fazer parte da comissão julgadora, pensaria logo na remuneração a que teria direito», disse a Professora.

Uma das questões mais intensamente discutidas no plenário dizia respeito à constituição de um júri popular. No ardor dos debates, um dos presentes (da Bahia), não satisfeito com o encaminhamento da questão, retirou-se. Parece que ninguém perdeu nada, já que ele era o promotor de uma imensa bagunça na última fila de cadeiras. Tomando a palavra, Albertina Brasil não demorou a desencorajar a idéia do júri popular. Para ela, a atitude, praticamente pioneira no Nordeste, dificilmente seria concretizada no festival sergipano. A curto prazo, pelo menos, não seria possível, e a polémica morreu aí mesmo.

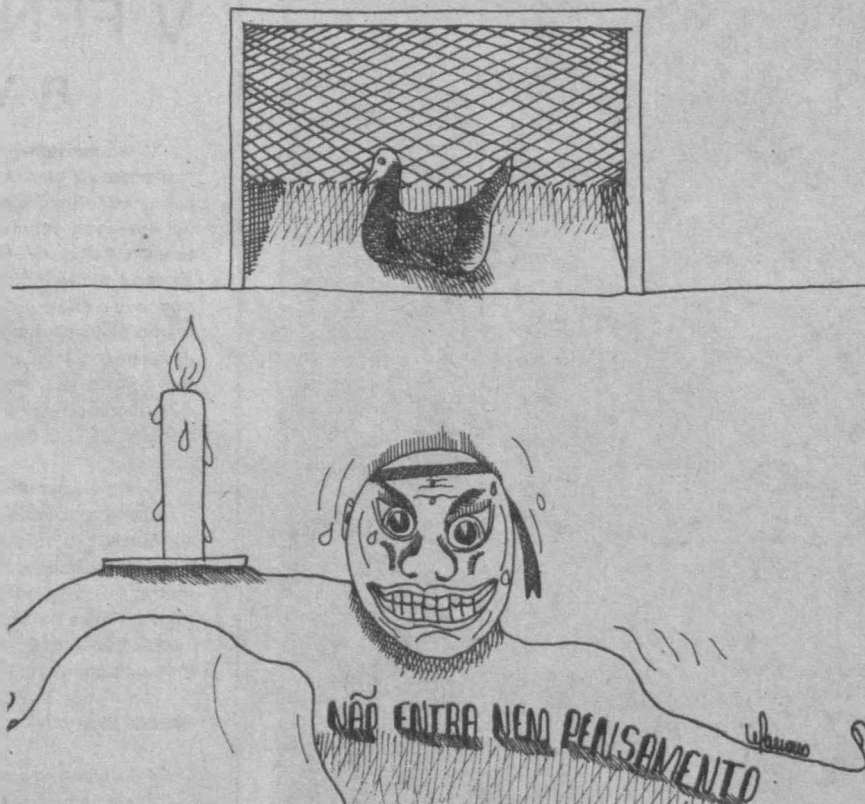
Premiações

Muitos aplausos e poucas vaias para o resultado final, divulgado quase às 23 horas do domingo, dia 30, pelo presidente do júri, Ademar Carvalhaes. Houve, contudo, unanimidade para a escolha do melhor filme do FENACA: O, Não Aqui Traveis, do paulista Flávio Del Carlo, um desenho animado de colorações políticas, esplendidamente realizado. O terceiro lugar ficou com Alas no País das Músicas, de Carlos Modesto (Bahia), e o segundo com Experiência II Transformada, do criativo Fernando Belens (Bahia). Melhor diretor, o maranhense Luiz Carlos dos Santos Cintra, realizador de Fábricas. O pernambucano Enéias Álvares ganhou, com Deus é Quem Sabe, o prêmio de «Melhor Filme de Comunicação». João e Maria, de Jorge Caron, de São Paulo, foi considerado o trabalho mais bem montado («Melhor Montagem»). E, finalmente, entre outros prêmios de menor significação, Experiência II Transformada! do já anteriormente premiado Belens, ganhou o de «Melhor Roteiro» — embora uma distinção especial do júri tenha levado em conta um outro roteiro, justamente o do filme sergipano O Enterro do Celúloso, uma boa sátira sobre os interesses escusos das multinacionais do cinema.

JOSÉ CARLOS TARGINO



Quando a macumba pode salvar



Soltar uma galinha preta no gramado; acender velas nas vestiárias; a equipe fazer o sinal da cruz ao ingressar em campo; jogador amarrar fitas na cabeça ou nos pulsos; preferências desse ou daquele jogador por determinado número de camisa; treinador que não anuncia a equipe (escalção) DIAS antes das disputas. Estas, são apenas algumas das inúmeras manifestações reveladoras do grau de superstição que atinge o futebol brasileiro. Faz parte da chamada «guerra de bastidores».

Os cartolas usam toda sorte de artimanhas, principalmente às vésperas de clássicos, quando todas as armas são válidas para se levar uma equipe ao caminho da glória. Como é óbvio, não poderia faltar esse ingrediente tipicamente brasileiro, o qual, se usado de maneira a não enxovalhar o adversário, serve de motivação e passa a fazer parte do espetáculo, atraindo inclusive maior número de torcedor às praças de esportes.

A macumba é tão frequente que tem despertado a atenção de estudiosos e especialistas em psicologia social. Há inclusive pesquisas e análises sobre o fenômeno. Esse tipo de comportamento, ou reação, não se limita a jogadores, técnicos e dirigentes de agremiações. Atinge igualmente a grande massa humana (torcedores) que frequenta os estádios de futebol. É a superstição, que acompanha o homem comum, tanto na zona urbana quanto na rural. Alguns chegam a admitir tratar-se de «um estado de espírito» do latino-americano, mui especialmente o brasileiro. No nosso caso, temos razões de sobra para darmos ouvido e esse

artifício, pois a nossa etnia até que contribui para esse tipo de comportamento. Ninguém mais supersticioso do que o negro e o índio.

Vale recordar fatos recentes, envolvendo Sport Clube do Recife e Clube Náutico Capibaribe, na renhida disputa do título de campeão estadual de 1977. Foi uma das maiores batalhas que já se travou nos últimos tempos no futebol pernambucano. Dentro e fora das quatro linhas. A «catimba» imperou, atingiu os seus dias de glória. Insinuações de um lado e de outro. A «torcida organizada» do Náutico promoveu a reunião de nada menos de 16 pais-de-santo para que a sorte viesse a bafejar a agremiação alvirrubra; enquanto o pessoal do Sport disse que para barrar os passos do adversário em matéria de macumba foi bastante a contratação de uma mãe-de-santo.

De tudo se viu um pouco. Se a macumba de nada adiantou em termos de beneficiar esse ou aquele, pelo menos serviu de motivação, inflamou a «guerra» que se travou nas finalíssimas do campeonato estadual de 1977 em Pernambuco. Mas no final de tudo prevalece aquela de que se macumba tivesse validade em futebol, os times baianos jamais perderiam para seus adversários. Entretanto, mesmo sabendo que futebol se ganha com a reunião de forças, contratando-se grandes valores, estabelecendo-se objetivos, ritmo de trabalho, coerência nas atitudes, enfim, uma equipe forte de dirigentes e dirigidos, com disponibilidade de recursos, no final de tudo aparecem os pais-de-santo, os acendedores de velas, animais correndo dentro do campo, etc. etc. Coisas do futebol brasileiro, conforme um cronista pernambucano costuma dizer.

O Esporte, aqui, e o Corinthians, acolá: campeões!

Não é fácil contestar a conquista do campeonato pernambucano pelo Esporte. Por uma questão de honestidade, devemos concordar com a legitimidade desta conquista. Tão legítima que serve para obscurecer a repercussão negativa de uma conquista anterior, a de 1975, quando o time, após quase 13 anos sem ser campeão do Estado, veio a sê-lo graças à infeliz mediação do juiz Sebastião Rufino. Naquela ocasião, num jogo final com o mesmo Clube Náutico Capibaribe, a arbitragem de Rufino foi desastrosa a ponto de premiar o Esporte com a anulação de um gol incontestável do time alvi-rubro, além de ter deixado de marcar um penalti — também incontestável — do meio campista Luciano, do Esporte, no centro avante Jorge Mendonça.

Agora, não. Em primeiro lugar, o time da Praça da Bandeira foi tão superior aos seus adversários que, sem muita dificuldade, arrebatou logo os dois primeiros turnos. E só não ganhou o terceiro e último porque facilitou em demasia — ou, o que também é provável, cedeu às sugestões dos cartolas interessados numa melhor de quatro pontos que, segundo eles, seria bastante rentável em matéria de cifrões. O que, de fato, aconteceu, embora o Esporte tenha corrido o risco de perder o campeonato.

Sim, porque aí o Náutico foi um time completamente diferente. Não que, tecnicamente, tenha sido um primor, mas a abnegação com que se entregou à luta levou os rubro-negros a uma das mais aguerridas decisões de toda a sua história. Tanto que, forçado a sair para sucessivas prorrogações, o time somente respirou aliviado após 158 longos, exaustivos e dramáticos minutos. Quem perdeu, mesmo, foi o regulamento posto em prática pela Federação Pernambucana de Futebol, bombardeado por uma série de reclamações cuja principal finalidade consiste em substituí-lo por um mais adequado.

E o Corinthians?

Enquanto os desportista pernambucanos pensam em modificar um regulamento considerado desumano (e é, realmente, pois sacrificou absurdamente a todos os 22 jogadores em ação na partida final), os torcedores do Corinthians paulista ainda comemoram, nas ruas e bares de São Paulo, a penosa conquista do campeonato paulista pelo time mosqueteiro. Houve quem não acreditasse na vitória do time da capital sobre o do Interior, a Ponte Preta de Campinas. Isto porque a Ponte antepunha ao futebol apenas voluntarioso do Corinthians, que há 23 anos não via a cor de um campeonato, uma eficiência técnica a toda prova.

Mas o Corinthians ganhou. E há quem culpe o centro-avante Rui Rei, da Ponte Preta, pelo desmoroamento dos sonhos pontepretanos. Jornais sulistas chegaram a levantar a idéia de que o atacante fora corrompido pelo «ouro» do adversário. O ouro, no caso, estaria materializado na forma de 200 mil cruzeiros. Pode não ser verdade, mas a Ponte Preta, por via das dúvidas, já o excluiu do seu elenco: Rui Rei, um perigoso e hábil atacante, foi vendido ao Toluca mexicano e Dario, do Internacional de Porto Alegre, ocupará o seu lugar.

Para a torcida mosqueteira, porém, só uma coisa interessa: a vitória do seu time. Pouco importa que seja posta em dúvida a honestidade de um jogador adversário. Pouco importa que o time não seja tão bom tecnicamente. Pouco importa, até, que o Corinthians venha a fazer uma má campanha no Nacional. Importa, contudo, que, a exemplo da torcida do Esporte do Recife, ela comemore, agora, um troféu arrebatado em partidas cuja dureza não deixa a menor dúvida. O que valoriza ainda mais semelhantes vitórias.

Campeonato Nacional em Pernambuco: só para elites

Cada dia que passa a Federação Pernambucana de Futebol (FPF) distancia-se do torcedor no que concerne a lhe oferecer as mínimas condições para frequentar os estádios, quer durante o campeonato estadual, quer no nacional. É como a cantiga do peru: «cada vez pior».

Mal termina o desorganizado campeonato estadual, entramos no nacional de clubes (considerado o maior campeonato inter-clubes do mundo), com os mesmos desacertos. Aliás, com um agravante: os preços cobrados pela FPF, isto é, os acréscimos feitos sobre a tabela aprovada pela CBD, tornaram os jogos numa diversão de elite, para quem tem amplas condições sócio-econômicas — e aí figura uma minoria da população.

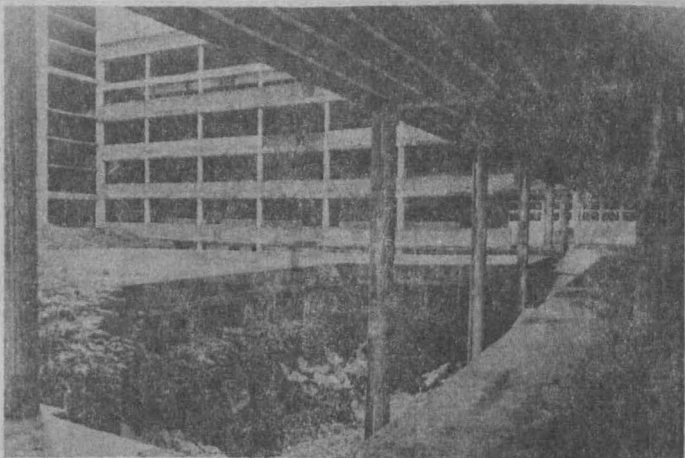
Tem sido essa a tônica da FPF: explorar cada vez mais o já espoliado, sofrido torcedor pernambucano. Como se não lhe bastassem a falta de estádio, de organização e estímulo ao longo dos nossos cam-

peonatos estaduais. Ora, enquanto em Maceió, onde existe um dos estádios mais modernos do País, a Federação de lá cobra trinta cruzeiros por um ingresso de arquibancada, e não cobra nada, pelo contrário, procura promover a ida de crianças ao estádio, a mentora pernambucana cobra trinta e cinco e dez cruzeiros, respectivamente.

Como se vê, para os atuais (e eternos... dirigentes) da FPF, o torcedor que se dane. Não tem papo, mesmo; ele que se vire para enfrentar os acanhados e desconfortáveis estádios em Pernambuco. Alguém poderia dizer: mas a FPF nada tem a ver com tal problema, a falta de estádios e as precárias condições de funcionamento dos que existem no momento. Muito bem. Mas ela a Federação tem culpa direta no problema. Principalmente quanto à majoração de ingressos para o Campeonato Nacional. Por que o torcedor pernambucano paga mais caro do que o alagoano, para citar apenas uma praça que, a exemplo de Natal, Paraíba, Sergipe e Ceará, está

muitos anos à frente de Pernambuco em matéria de estádio e organização em termos de gerir os destinos do futebol profissional? Afinal, a quem cabe decidir e solucionar os problemas? Dirigentes ou comandados?

Depois, ainda se ouve cochichos de dirigentes, de clubes e da própria FPF: o torcedor está abandonando os nossos estádios. Como? Quais são as classes que podem pagar, dois, três ingressos ao preço de trinta e cinco cruzeiros, por uma arquibancada, numa mesma semana? Isto sem computar despesas paralelas com transporte, estacionamento (para os poucos que têm automóvel), lanches, etc. Resta-nos, pois, a indagação em tom afirmativo: está ou não a FPF elitizando o campeonato nacional, e é esta ou não a razão principal das pequenas rendas e do vazio cada vez maior dos nossos estádios (apesar de já serem extremamente pequenos...)?



2008
2004
2000
1996
1992

CENTRO DE SAÚDE NO CAMPUS: FUNCIONARÁ DENTRO DE 13 MESES

Agora, não tem mais papo. Os incrédulos já podem mudar de opinião, ou melhor, podem acreditar naquilo que antes, ao longo de mais de vinte anos, foi fonte de controvérsias, estórias e desafio a vários governos: desde segunda-feira, dia 12 de dezembro de 1977, há dezenas de operários trabalhando em regime intensivo para conclusão em treze meses dos blocos «D», «E» e «F», além de demolições, estrutura e arquitetura do edifício destinado ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, na Cidade Universitária.

Durante a reunião de assinatura do contrato de construção entre a UFPE e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., realizada numa das dependências do velho esqueleto, isto é, do embrião que parou a gestação, há cerca de vinte anos atrás, mas que agora recomeça definitivamente para a vida, o Pró-Reitor de Planejamento da UFPE, Professor Leonides Alves da Silva fez exposição de todo processo desde o nascedouro dos primeiros projetos, projetos definitivos, editais de concorrência (mais de vinte firmas se habilitaram), licitações, etc.

«Desta feita — garantiu o Prof. Leonides — é história mesmo, o ciclo das estórias acabou. Trata-se de uma obra irreversível. Dentro de 13 meses, a contar desta data (12-12-77), teremos a primeira etapa da obra concluída, que compreende: projetos de demolições, estrutura, arquitetura e instalações dos Blocos «D», «E» e «F» e Pavilhão Mecânico, conforme Planilha Orçamentária anexa ao contrato feito com a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

O CENTRO

O novo Centro de Ciências da Saúde da UFPE, que aproveitará quase a totalidade do velho esqueleto, abrigará todos os cursos dessa área: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Reabilitação, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas e Nutrição. Terá entre 350 a 400 leitos, que servirão para indigentes, previdenciários e pensionistas, serão instalados 140 consultórios, que terão capacidade para aproximadamente 900 consultas diárias. A obra, que se desenvolverá sob regime de empreitada por pregos unitários, terá vinte instalações especiais. A parte inicial, em plena execução, englobará ambulatorios e toda estrutura de apoio diagnósticos.

As demais partes (unidades), conforme explicou o Prof. Leonides Alves, serão feitas como consequência das primeiras experiências, isto é, de acordo com o andamento e conclusão de cada unidade, de sorte que, em março de 1979, precisamente, estará concluída toda a obra do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, oportunidade em que o Presidente da República virá no Recife para as cerimônias de inauguração, garantiu o Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, em contato pessoal com o Reitor Paulo Maciel.

RECURSOS

Os recursos totais já foram assegurados pelo Governo Federal através do MEC (Prenesu) e Caixa Econômica, aproximadamente 263 milhões de cruzeiros. O contrato celebrado com a Construtora Norberto Odebrecht S.A. foi de Cr\$ 105.000.000,00, para execução das unidades já referidas. Caberá à UFPE fiscalizar todo o andamento das obras, conforme cláusulas do contrato. Aspecto, aliás, realçado pelo Pró-Reitor de Planejamento, revelando que, desta feita, a Universidade vem participando diretamente de todo o processo, desde os primeiros passos, estendendo-se durante as obras de construção, propriamente, na condição de fiscal, diferentemente de tentativas anteriores, quando a Universidade apenas propunha, não participava dos processos.

Trata-se de um hospital de ensino, havendo na sua previsão a possibilidade de utilizar-se os serviços de outros hospitais, formando assim uma rede hospitalar capaz de treinar o estudante em todas as áreas e em todas as camadas da população. O ensino será predominantemente ambulatorial para permitir que o aluno viva os problemas da realidade e aprenda também a lidar com as doenças mais comuns nas áreas em desenvolvimento.

Quanto às etapas de construção, o Prof. Leonides explicou: «O setor de planejamento da UFPE assim preferiu, isto é, a construção dar-se-á por módulos, com o objetivo de permitir o funcionamento em etapas. Na verdade, pretende o grupo de planejamento, responsável pelo empreendimento, que cada etapa seja posta em funcionamento, pois somente assim será possível promover as adaptações necessárias, principalmente com relação aos

novos equipamentos que serão instalados. Por outro lado, há todo um programa de reorganização administrativa e capacitação de pessoal, sem dúvida, fundamentais para se ter sucesso no novo Hospital».

TESTES

Revelou que a Universidade promoveu testes de fundações e de estrutura, no velho esqueleto, estando com todos os resultados devidamente analisados e em condições de afirmar que a estrutura está muito boa permitindo, em consequência, sua adaptação para o Hospital das Clínicas da Universidade. Quanto ao «folclore», segundo o qual as macas não passavam nos corredores ou mesmo não entravam nos apartamentos, é importante afirmar-se que a atual estrutura não apresenta estes tipos de problemas e, por outro lado, o novo planejamento arquitetônico, elaborado dentro de concepções modernas, exclui qualquer possibilidade desse tipo de problema».

O Reitor da UFPE, Prof. Paulo Maciel, vem atribuindo a mais alta prioridade à obra, pela sua importância para o ensino da Área de Saúde, no que vem contando com irrestrito apoio do Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura. Ressalte-se o empenho nessa obra de toda equipe da Pró-Reitoria de Planejamento, sob o comando do Prof. Leonides Alves da Silva Filho, que conta com valores como Archimedes Lustosa, programador de saúde.

A SESSÃO

Na sessão de assinatura do primeiro contrato de construção, além do Prof. Leonides, que expôs, de forma sucinta, todo o processo, falaram, ainda, o Reitor Paulo Maciel, que elogiou a dedicação da Pró-Reitoria de Planejamento, o apoio do Governo Federal, através do Ministro Ney Braga, tendo, na oportunidade, garantido que o Presidente Ernesto Geisel estará no Recife em março de 1979, a fim de inaugurar o Centro de Ciências da Saúde da UFPE.

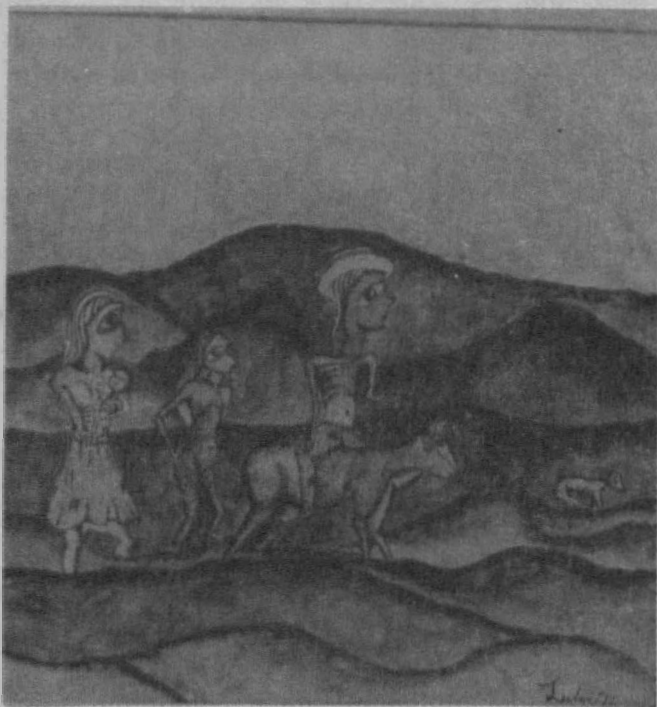
O contrato para início das obras foi assinado entre a UFPE (Paulo Maciel) e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., esta representada pelo engenheiro Piero Marianetti, diretor, o qual garantiu o cumprimento integral das cláusulas do contrato, ao tempo em que elogiou a Universidade pela feliz iniciativa.



Secas Nordestinas: Quando o Sertão Chora

MARILOURDES FERRAZ

Nesta época do ano no Sertão as árvores se desnudam; os rios e os riachos secam e o gado emagrece; a Natureza transmuda-se. E para o sertanejo, a terra não é azul, como disse um astronauta russo; e muito menos verde: é cinzenta. A apreensão absorve o homem pelo temor de que a ausência de chuvas se prolongue, fazendo vir a seca com o seu nefasto cortejo. Na paisagem tristemente monótona ressaltam aos olhos as flores do xique-xique e da quixabeira, o verde do mandacaru, do pereiro ou de algumas outras árvores mais resistentes, demonstrando que a beleza é eterna e a esperança não deve morrer...



ORIGEM DO RECEIO

O fenômeno das longas estiagens tem sempre afligido o sertanejo. A origem desse receio é remota. Ele conhece bem o drama que a seca acarreta e vem resistindo heroicamente através dos tempos a esse fenômeno cíclico.

Fazendo-se um retrospecto das grandes secas, vamos encontrar o terrível flagelo de 1877, quando inúmeras pessoas se retiraram das zonas mais atingidas à procura de socorro. Levas e leveas de retirantes emigraram para o Sul.

Na ficção de José Américo de Almeida, a realidade nordestina: Os retirantes, de tão miseráveis, pareciam até que «não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma». Pessoas famintas caíam pelas estradas. Algumas morriam. Outras eram socorridas por alguém quase nas mesmas condições. O Sertão serviu de palco para uma vergonhosa peça, onde homens, mulheres e crianças esqueléticas, com ventres proeminentes, olhos embaçados, descalços e seminús foram os personagens. Famílias inteiras abandonaram suas terras. Pelos caminhos iam ficando seus mortos.



GRANDES SECAS

Mesmo naqueles tempos, sobressaía-se o espírito honesto e generoso do sertanejo. Os retirantes famintos abatiam gado bovino e caprino que encontravam e depois de saciada a fome iam dar conhecimento do fato aos donos. Muitos aprovavam o fato autorizando ainda a venda da pele para compra da farinha ou outra coisa que completasse a refeição, a que davam o nome de «mistura».

As grandes secas de que temos notícias são as de 1915, 1919, 1932 e 1958. Nenhuma, porém, superou a do século passado. Ainda hoje encontramos vestígios de sepulturas, com montículos de pedras, nas margens de velhas estradas sertanejas. E que a tradição oral nos conta serem de crianças vítimas daquele flagelo.

SÃO FRANCISCO

No flagelo do século passado, os fazendeiros, sem outros meios de transportes, domesticavam bois para irem procurar socorro nos portos fluviais do Rio São Francisco, em Piranhas e Entre Montes, no Estado de Alagoas. Toda a distância era percorrida pelos passos lentos daqueles animais. A viagem da Ribeira do Navio àquelas localidades não levava menos de 25 dias.

As secas posteriores, apesar de grandes, não tiveram efeitos tão destrutivos. O transporte já se fazia com cavalos e a fonte de abastecimento passou a ser Jatobá, atual Petrolândia, em Pernambuco, que ficava bem mais próximo.

Por volta de 1930, embora ainda se usasse aquele meio de transporte, apareceram os primeiros caminhões, que em estado precário perfaziam o trajeto com maior rapidez. Foi por essa época que surgiu o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), anteriormente denominado IFOCS — que conta já com 21 anos de existência, mas era desconhecido pela maioria, senão

totalidade dos habitantes das margens do Pajeú. Em 1959, surgiria a Sudene, que em apenas 10 anos suplantaria tudo até então feito em favor dos nordestinos.

Quando não existia auxílio oficial aos flagelados, este consistia em esmolas. Como podemos comprovar através do Diário de Pernambuco, de 22 de agosto de 1877: «Socorreu-se com esmolas aos verdadeiros indigentes do termo e um crescido número de retirantes que constantemente procuram a direção do litoral»

A Ribeira do Riacho do Navio foi então amparada pela própria Natureza. Seus moradores não se retiraram da região porque houve fartura de frutas de xique-xique, mandacaru e a macambira, com que se fazia o **bazé**, espécie de pirão. Ainda se alimentaram de caça e mel.

AMEAÇA

A região, entretanto, continua sob a ameaça do fenômeno cíclico. Há alguns anos atrás o agropecuarista assistia sem nada poder fazer, aos efeitos danosos dos rebanhos bovinos que, encontrando os campos desprovidos de pastagens, procuravam as vagens da catingueira para o alimento, sendo posteriormente atacados de diarreias, seguidas de rompimento do intestino.

O quadro atual, naturalmente, diverge. Há um acentuado interesse dos governos federal e estadual, pelos problemas regionais. O progresso chegou e com ele os campos de pouso, escolas e faculdades, estradas pavimentadas, modernos meios de transportes e comunicações. O agropecuarista recebe assistência técnica permanente, são abertos açudes e os bancos oferecem empréstimos, impulsionando o desenvolvimento sócio-econômico da Região. No entanto, o fantasma da seca permanece. Há pontos frágeis na nossa infraestrutura, impossíveis de modificação a curto prazo, num país em desenvolvimento. É com ansiedade que o sertanejo olha para o céu, em determinadas épocas do ano, perscrutando as nuvens. E o medo da seca. Herança secular dos nossos ancestrais.